

RELATÓRIO

DO EIXO ATLÂNTICO

O Eixo Atlântico
Perante o Portugal 2020

Março de 2016



O Eixo Atlântico Perante o Portugal 2020

Luis Braga da Cruz

Março de 2016

COLECÇÃO:

Relatorio do Eixo Atlântico

EDITA:

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

DIRECTOR:

Xoán Vázquez Mao

AUTOR:

Luis Braga da Cruz

DESENHO E MAQUETAÇÃO:

Antia Barba Mariño

IMPRESSÃO:

Tórculo Artes Gráficas, S.A

ISBN:

Versão impresa: 978-989-99629-0-3

Versão Digital: 978-989-99629-1-0

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	7
1.1 - Objectivos e Destinatários	9
1.2 - Enquadramento Político	10
1.3 - Estrutura do documento e sua justificação	10
2 - OS DESAFIOS DO EIXO ATLÂNTICO	13
2.1 - O Eixo Atlântico no Contexto da Cooperação Transfronteira	15
2.2 - A Eurorregião em Números	17
2.3 - Novos Desafios	20
3 - ÁREAS ESTRATÉGICAS	23
3.1 - As Questões da Competitividade Territorial	25
3.1.1 - As Infraestruturas Viária	26
3.1.2 - Os Recursos Humanos	30
3.1.3 - Inovação e Formação Tecnológica	33
3.2 - O Investimento Estrangeiro	36
3.3 - O Ambiente	36
3.4 - A Inovação Social e o Emprego. Migrações e Refugiados	38
4 - A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL	43
5 - PROPOSTAS DE ACÇÃO	53
5.1 - As Relações do Eixo Atlântico com a Xunta de Galícia e com a CCDRN	55
5.2 - A Cooperação Transfronteira	56
5.3 - O Carácter Organizativo da Região Norte de Portugal	60

The background features a stylized tree with a thick trunk and several curved branches, rendered in a light beige color. In the upper right quadrant, there are two five-pointed stars, also in a light beige color, positioned above a thin, curved line that suggests a horizon or a path. The overall aesthetic is clean and modern, with a warm, earthy color palette.

1.0

INTRODUÇÃO

1.0 *Introdução*

► 1.1 - *Objectivos e Destinatários*

Este texto pretende ser de reflexão sobre possíveis políticas públicas a desenvolver no período do Portugal 2020 e foi realizado a pedido do Presidente do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Dr. Ricardo Rio. Tratar-se-ia de um documento de natureza mais política do que especulativo e, por isso mesmo, um documento aberto a contribuições que as ideias nele desenvolvidas possam vir a suscitar. Esta reflexão decorre também da noção de que há novos desafios pela frente e, por isso, devemos estar mais preparados para nos confrontarmos com eles.

Os destinatários de tal documento seriam os interlocutores dos agentes políticos municipais. Mas há um ponto de partida importante para as considerações que se seguem. Nos municípios do Eixo Atlântico inserem-se as grandes cidades de duas das regiões vizinhas que terão a maior tradição de cooperação transfronteiriça, não só dos dois países ibéricos mas porventura dos mais significativos da União Europeia.

Porém, aos eleitos pelos municípios galegos e portugueses importará que um documento deste tipo tenha também como destinatários os responsáveis governamentais espanhóis e portugueses, sem prejuízo de ainda poder chamar a atenção de instâncias europeias para esta singular realidade do conceito europeu de "eurorregião" e para a uma experiência pioneira de cooperação transfronteiriça com mais de trinta anos.

Portanto, o principal objectivo deste documento é sensibilizar decisores políticos, atraindo o seu olhar para uma realidade específica e plena de oportunidades para o desenvolvimento dos dois países, prospectivo para as duas regiões - Galiza e Norte de Portugal - e, sobretudo, de desafio para os seus agentes e para as suas populações.

Para começar, vale a pena explicar e dar a conhecer o Eixo Atlântico, recordando o seu percurso e as fases mais significativas da sua história de 24 anos de sucesso.

Mas este documento também tem um propósito orientado para dentro do próprio Eixo Atlântico. Ao fim de 24 anos, muitos foram os protagonistas que passaram pelos seus corpos sociais. Tal pode implicar que os mais novos não conheçam tão bem as aspirações que estiveram na base desta organização, a evolução da sua ambição e toda a ilusão que, desde início, alimentou. Desta forma, este texto pode ser útil para melhorar a coesão interna entre as cidades/municípios que constituem o Eixo Atlântico e, eventualmente, até ajudar no realinhamento duma nova geração de preocupações de política regional.

Na elaboração desta reflexão, para além de ter recorrido a um conjunto de documentos, que vão sendo referidos ao longo do texto, tive a oportunidade de conversar com alguns dos actuais responsáveis do Eixo Atlântico ou de personalidades que têm reflectido sobre as temáticas da cooperação transfronteiriça. A todos eles agradeço as contribuições dadas, as quais procurei reter na medida do possível, sendo da minha responsabilidade a integração que delas fica feita.

Na sequência do que fica dito, o documento foi apresentado aos autarcas dos municípios portugueses do Eixo Atlântico para recolher contribuições, o que aconteceu em reunião conjunta. Num debate aberto, foram

discutidas as ideias nele contidas tentando estabilizar, sempre que possível, uma posição conjunta no sentido de ser apresentada aos responsáveis governamentais.

► 1.2 - Enquadramento Político

O momento político constitui uma oportunidade para abrir esta reflexão. Estamos no início de um novo período de programação das contribuições da Comissão Europeia para os objectivos do cenário Europa 2020, que encontrou em Portugal o ambiente de programação designado por Portugal 2020.

Trata-se de avultados recursos financeiros postos à disposição das regiões portuguesas com piores indicadores de desenvolvimento, como é infelizmente o caso do Norte de Portugal. Isto, só por si, justificaria que se discorresse sobre este contexto de oportunidade. Porém, acresce ainda que há novas orientações e uma mudança de paradigma na forma de definir as prioridades e de conceber a intervenção dos municípios. Por outro lado, e continuando a tomar como referência o lado português, em Outubro de 2015 houve eleições legislativas, período propenso para que se apresentassem propostas políticas aos cidadãos e para explorar uma maior sensibilidade por parte destes para ouvirem e serem confrontados com novas ideias e soluções. A estas eleições sucederam-se as eleições presidenciais. Todas estas circunstâncias levaram o eleitorado a estar mais atento à reflexão sobre as políticas que não deixarão de ter impacto sobre as opções em jogo tanto no País como na sua relação com a Europa e com o mundo global.

Em termos territoriais, reconhece-se que o Norte de Portugal e a Galiza, sendo os espaços mais periféricos da Península Ibérica e, em certo sentido, da União Europeia, têm hoje condições para darem um novo impulso para construir condições de maior competitividade. Mas isso reclama mais organização e capacidade de reacção perante as situações potencialmente adversas.

► 1.3 - Estrutura do Documento e sua Justificação

O documento, para além desta introdução, está organizado em quatro partes.

A primeira parte trata dos desafios que se foram colocando ao Eixo Atlântico e em que se dá visibilidade ao seu contributo para a temática da cooperação transfronteiriça. Também se fala na génese do Eixo Atlântico e da história da cooperação entre o Norte de Portugal e da Galiza. Inclui uma breve apresentação de indicadores socioeconómicos que ajudam a compreender a realidade euroregional. Termina por referir tendências globais no incerto mundo em que vivemos, para enquadrar os possíveis novos desafios que se podem colocar ao futuro da cooperação entre as duas regiões.

A segunda parte trata de um conjunto de domínios estratégicos que pareceram determinantes para o desenho da acção futura. Abordam-se os factores de competitividade territorial: as infraestruturas, os equipamentos, a redução das assimetrias regionais e a capacitação dos recursos humanos. Outros pontos críticos que condicionaram o desenvolvimento na euroregião são igualmente tratados, com destaque para os temas do Investimento Estrangeiro, do Ambiente, da Inovação Social e Emprego.

A terceira parte refere-se à descentralização administrativa em Portugal. Fazem-se algumas considerações sobre a experiência das Comunidades Intermunicipais (CIM) pelo papel que podem desempenhar tanto na busca de soluções para as questões de natureza intermunicipal como na gestão contractualizada dos Programas Operacionais Regionais. Também se discorre sobre o “Plano de Descentralização” recentemente

anunciado pelo Governo Português e nas suas implicações no nível regional, metropolitano, intermunicipal e local.

Na última parte apresenta-se um conjunto de propostas de acção, susceptíveis de serem adoptadas pelo do Eixo Atlântico, umas direccionadas para Portugal e outras para a cooperação transfronteiriça.

As propostas, tanto as de natureza material como as orientadas para alterações de carácter organizativo, visam quase exclusivamente a perspectiva portuguesa. Tal orientação fez parte da encomenda e foi justificada por uma dupla razão: o quadro de referência político-administrativo regional está muito mais estabilizado em Espanha do que em Portugal e o modelo de relação entre o nível regional e o nível central é também muito mais previsível em Espanha do que em Portugal. No entanto, acredita-se que a sua concretização terá impacto no contexto da cooperação transfronteiriça e na melhoria da relação económico-social entre as duas regiões.

Vivemos num mundo em profunda e rápida mudança. O ambiente político português sempre foi conhecido pela sua forte tendência para o imobilismo institucional. Muito se fala em reformas, mas a dificuldade em formar consensos e de reunir convergência de posições acaba por cristalizar as soluções existentes e impedir a inovação institucional. A tradição centralista da administração portuguesa não facilita o reconhecimento da importância do território e a vantagem da territorialização das políticas públicas. Por isso é tão difícil concretizar a regionalização, de reformar os círculos eleitorais ou de entender os problemas da interioridade.

Apesar de tudo vale a pena insistir, promover o debate e clarificar ideias que produzam avanços na relação do poder descentralizado, aqui representado pelos municípios desta rede de cidades, e as administrações dos dois países ibéricos. O resultado final pretendido é melhorar as condições de vida das populações da Galiza e do Norte de Portugal.



2.0

OS DESAFIOS
DO EIXO ATLÂNTICO

2.0 Os desafios do eixo atlântico

► 2.1 - A O Eixo Atlântico no contexto da Cooperação Transfronteiriça

O Eixo Atlântico, como associação inicial de 13 municípios que tinham a noção de representarem as cidades de maior importância da Galiza e do Norte de Portugal, foi criado em 1992, num contexto muito especial. Espanha e Portugal tinham feito a sua adesão conjunta às Comunidades Europeias, meia dúzia de anos antes (1986). Com esse alargamento a futura União Europeia não só adquiria um carácter mais latino e meridional, como aceitava no seu seio dois dos países que mais tinham contribuído para a dimensão global da civilização europeia ocidental.

Começava-se a sentir nas duas regiões fronteiriças o efeito da alteração qualitativa dessa adesão. A Galiza e o Norte de Portugal, com fortes afinidades culturais e geográficas, tinham a oportunidade de reduzir a separação construída ao longo de séculos por persistentes políticas de preocupação apenas nacional.

Esta política de isolamento de regiões fronteiriças não estimulou a comunicação e a interacção entre os territórios com fronteira comum. Portugal, ao contrário de muitos países europeus mesmo da sua dimensão, não tem senão um único vizinho. Mesmo Espanha, com maior dimensão territorial, só tem dois. Significa que, também por isso, a fronteira entre Portugal e Espanha reforçou o seu carácter singular em termos europeus.

O povoamento e a actividade económica nas zonas fronteiriças, que há cem anos chegaram a ser intensos e não muito diferentes do padrão médio dos respectivos países, experimentaram uma forte regressão, durante a segunda metade do século XX. Esse período correspondeu a uma forte transição social. Alguns factores contribuíram para isso: o reforço da industrialização em Portugal, as melhores ofertas de emprego e de protecção social na zona litoral e nas grandes cidades. Tudo contribuiu para a imigração e para o abandono de uma agricultura tradicional de base rural em vastas zonas do interior. Ficou célebre a advertência de D. António Ferreira Gomes, ainda quando bispo de Portalegre (1949/1952), sobre “A Miséria Imerecida do nosso Mundo Rural”, em que denunciava as más condições de vida dos que viviam num ambiente sem esperança.

Progressivamente, as zonas fronteiriças luso-espanholas, mais expostas a estes fenómenos, não foram capazes de reter os seus naturais e acusaram reduções demográficas muito acentuadas, dado que as zonas interiores de Portugal perderam mais de metade da sua população nos últimos 60 anos. Porém, ao longo dos cerca de mil quilómetros de linha fronteiriça entre os nossos dois países, nos primeiros 100 quilómetros da faixa transfronteiriça (entre a foz do rio Minho e Melgaço/Arbo), existe mais gente habitando-a do que nos restantes 90% da fronteira comum.

Apesar da fronteira com a Galiza se prolongar até Vinhais/Mesquita, é na faixa do Rio Minho que as maiores concentrações humanas e de potencial económico se verificam. Não obstante este dado, a Galiza também acusa uma diferenciação entre litoral e interior. De qualquer forma, tanto a proximidade cultural como a continuidade no padrão de povoamento entre o Norte de Portugal e a Galiza facilitaram que, após 1986, houvesse uma progressiva tomada de consciência conjunta das oportunidades que então se abriam aos dois espaços regionais vizinhos.

Não podemos esquecer que no mesmo ano os tratados fundadores das comunidades europeias foram revogados pelo Acto Único Europeu. O Acto Único entrou em vigor no 1.º dia de 1987, apostando na construção do Mercado Único Interno e na definição de um novo Tratado da União Europeia o qual, depois de duas Conferências Intergovernamentais (1989 e 1990), viria a ser aprovado na conferência de Maastricht (1992). Por efeito dele, a União Económica e Monetária entraria em vigor no início de 1993.

A partir de então, a Europa a que tínhamos aderido iria ser claramente diferente e bastante mais ambiciosa. Na vontade e expressão do então Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors: “O Acto Único é a obrigação de realizar simultaneamente o grande mercado sem fronteiras e também, a coesão económica e social, uma política europeia de investigação e tecnologia, o reforço do Sistema Monetário Europeu, o começo de um espaço social europeu e de acções significativas em relação ao meio ambiente”¹.

Para concretizar uma maior coesão económica e social os fundos estruturais foram reformados em termos de conteúdos e reforçados em termos financeiros, tendo as nossas duas regiões beneficiado dessa dupla modificação.

Como factos políticos contemporâneos desses acontecimentos, externos e relevantes, recordemos a queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, e a transição para a democracia que varreu os antigos países europeus de Leste. A construção europeia a doze não teria tempo de se consolidar num quadro geográfico confinado e tranquilo. O processo de alargamento da Europa iria acelerar, agora noutra sentida.

Foi neste ambiente de instabilidade e desafio que, em 1992, surgiu o Eixo Atlântico.

Temos que reconhecer que o Eixo Atlântico beneficiou do ambiente de aproximação já construído entre as duas instâncias com responsabilidades regionais - a Xunta da Galiza e a Comissão de Coordenação da Região Norte - mesmo antes da adesão². De facto, apesar das distintas soluções administrativas e políticas que vigoravam e que ainda vigoram nas duas regiões, ambos os lados aceitaram cooperar. Trocaram informações, estabeleceram uma disciplina de encontros regulares para analisar os problemas comuns e as novas oportunidades que entretanto se abriam. Foi nesse sentido que a Xunta e a CCRN se propuseram criar uma figura que institucionalizasse a cooperação entre as duas regiões: a Comunidade de Trabalho Galiza - Região Norte.

A partir de um melhor conhecimento das duas realidades, pretendia-se:

- Aproximar as duas regiões, ao nível das instituições e dos parceiros, no respeito das soberanias nacionais respectivas e das diferentes atribuições e competências regionais.
- Promover a criação de redes de cooperação de interesses a partir de projectos de relacionamento concretos, seleccionados em função dos seus objectivos e do efeito multiplicador sobre as estruturas produtivas regionais. Instituir formas de enquadramento de tipo leve, que permitam facilitar a solução de questões objectivas, por antecipação, as quais afectarão o relacionamento das populações das duas regiões num contexto

¹ <http://www.historiasiglo20.org/europortug/actounico.htm>

² Luís Braga da Cruz, “Uns Bons Princípios”, in “Unha Eurorrexión entre dous séculos”, Coordenação de Ernesto S. Pombo, edição do Eixo Atlântico del Nordeste Peninsular, Vigo, 2010.

- de concretização do mercado interno (acessibilidade física, problemas relacionados com a mobilidade dos trabalhadores, cooperação de carácter tecnológico, científico e cultural, compatibilidade na gestão de recursos de carácter natural e ambiental, rentabilização de valores patrimoniais ou lúdicos que beneficiam de uma visão conjunta, actividade turística, etc.)³

É de elementar justiça deixar aqui uma referência ao então presidente da Xunta da Galiza - D. Manuel Fraga Iribarne - grande figura política, de visão esclarecida e infatigável lutador pelas causas regionais e pela cooperação transfronteiriça. Não menos relevante foi a vontade dos dois responsáveis das cidades de Vigo e do Porto, por iniciativa de Fernando Gomes (Presidente da Câmara Municipal do Porto) e com o apoio de Eneko Landaburu, então Director Geral da Política Regional da Comissão Europeia, que tomou a iniciativa

de propor aos seus pares a criação duma rede de cidades, porque defendia ser "condição indispensável para ultrapassar as barreiras físicas mediante infraestruturas públicas que permitam vertebrar um mercado único transfronteiriço"⁴.

Das iniciais 12 cidades - Braga, Bragança, Corunha, Ferrol, Lugo, Ourense, Pontevedra, Porto, Santiago de Compostela, Vigo, Viana do Castelo, Vila Real - acrescentaram-se depois mais 5 - Guimarães, Monforte de Lemos, Peso da Régua, Vila Garcia de Arosa, Vila Nova de Gaia. Hoje, o Eixo Atlântico agrega já um total de 38 municípios o que é revelador do interesse que esta associação, ao longo dos 24 anos do seu percurso inovador, foi capaz de mobilizar junto das estruturas representativas de soberania local. De uma fase inicial de estruturação da associação e de sensibilização das autoridades nacionais e europeias, passou à reflexão estratégica sobre o papel das cidades nesta rede com tantas complementaridades a explorar em domínios emergentes de interesse comum, que se prendem com a qualificação da vida urbana e do emprego, com a inovação, com o perfil da especialização produtiva, com a cultura e o património⁵.

Pode dizer-se que o Eixo Atlântico foi evoluindo de uma simples plataforma de entendimento sobre os temas urbanos da sua eurorregião, transformando-se num verdadeiro centro de racionalidade perante as questões que podiam condicionar a sua evolução futura e conferir maior competitividade ao seu território comum.

► 2.2 - A Euroregião em Números

Para melhor compreensão da realidade eurorregional, considera-se ser útil apresentar alguns dados estatísticos sobre a situação relativa das duas regiões - Galiza e Norte de Portugal - tanto de natureza territorial e demográfica como de natureza social e económica. Tal informação, que não pretende ser exaustiva, facilita a comparação entre a posição real de cada uma das partes e contribui para a contextualização do espaço onde se desenvolve esta experiência de cooperação transfronteiriça.

Os dados que se seguem são a expressão de um esforço meritório feito pelo Observatório Transfronteiriço Galiza/Norte de Portugal, uma parceria entre a Xunta de Galicia e a CCDRN, com o apoio do programa POCTEP - Interreg IV (Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal) e envolvendo o contributo

³ II Jornadas Técnicas Galiza e Região Norte de Portugal perante 1992", Santiago de Compostela, Dezembro de 1990.

⁴ "Declaração do Porto", 1 de Abril de 1992.

⁵ Luiz Dominguez, "História do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular", in página oficial do Eixo Atlântico.

técnico dos dois organismos de estatística, o Instituto Nacional de Estatística (INE) português e o Instituto Galego de Estatística (IGE)⁶.

■ Quadro 1 - Território e População

	Ano	Galiza	Norte Portugal
<i>Densidade (hab/km²)</i>	2013	93,5	172,2
<i>População Residente (milhares)</i>	2013	2 766,0	3 666,2
<i>Taxa Bruta de Natalidade</i>	2012	7,6	7,8
<i>Taxa Bruta de Mortalidade</i>	2012	11,2	9,0
<i>Esperança de Vida à Nascimento</i>	2011	82,4	80,0

Os dados do **Quadro 1** revelam alguma proximidade e fazem reacear que o processo de envelhecimento continuará a afectar de forma sensível as duas regiões, mesmo no Norte de Portugal onde o dinamismo demográfico lhe conferia o carácter de região jovem. Na “raia de 35 km”, faixa fronteiriça de 35 km para cada lado da fronteira, estudos recentes do IGE estimam que o ritmo anual de diminuição de população, nos próximos dez anos, poderá ser da ordem dos 0,5%. Estes indicadores recomendam que se pense em medidas específicas para contrariar tal quebra, umas de carácter natalista, outras pela via da atracção de população externa, umas e outras com implicações que têm de ser devidamente avaliadas.

■ Quadro 2 - Indicadores Sociais e Trabalho

	Ano	Galiza	Norte Portugal
<i>Taxa de actividade</i>	2013	54,2%	59,7%
<i>Taxa de desemprego</i>	2013	22,0%	17,1%
<i>Abandono Escolar Precoce</i>	2012	20,2%	19,5%
<i>Resíduos Urbanos (milhares de ton.)</i>	2011	1 178,5	1 587,6
<i>Recolha Selectiva</i>	2011	14,7%	12,9%

Os dados do **Quadro 2**, mais uma vez, revelam uma situação não muito distinta nas duas regiões, embora com alguns desvios. Por exemplo, o desemprego afecta mais a Galiza que o Norte de Portugal, enquanto no desempenho ambiental se verifica o contrário.

⁶ Observatório Transfronteiriço Galiza / Norte de Portugal, Xunta da Galicia, CCDRN, www.ige.eu/gnp

■ Quadro 3 - Actividade Económica

	Ano	Galiza	Norte Portugal
PIB (milhões de €)	2012	55 798	47 430
PIB /capita (milhares de €)	2012	20,5	12,8
Taxa de Variação do PIB em Volume	2012	-0,9%	-2,6%
Taxa de Variação Média do IPC (Índice de Poder de Compra)	2011	2,4%	2,9%
Empresas Sediadas	2012	204 049	347 939

É em matéria de desempenho económico que se verifica a maior disparidade entre as duas regiões. Em termos de PIB per capita, o Norte de Portugal continua a apresentar indicadores que o posicionam como uma das regiões mais pobres da União Europeia. Vale a pena recordar que no ano de 1985, imediatamente antes da adesão, as duas regiões tinham um PIB/capita, em relação à média europeia comunitária, praticamente igual. Tal justificaria interrogarmo-nos sobre as razões externas, nomeadamente de natureza política nacional, que terão sido responsáveis por esta divergência relativa.

■ Quadro 4 - Comércio Externo

Além disso, a quebra neste indicador de riqueza revela que os anos da recente crise foram mais duramente sentidos no Norte de Portugal. O maior número de empresas sediadas no Norte de Portugal teria de ser matizado pela dimensão média dessas empresas e pela estrutura do território.

	Ano	Galiza	Norte Portugal
Grau de Abertura da Economia	2012	56,80%	63,80%
Procura Externa Líquida (em % do PIB)	2012	3,0%	10,4%
Quota de Exportação da Galiza para Portugal	2012	4,0%	—
Quota de Exportação da Região Norte para Espanha	2012	—	1,6%

Obs: Entende-se por Grau de Abertura da Economia a soma das exportações mais importações e por Procura Externa Líquida (também conhecida por taxa de cobertura das importações pelas exportações) o saldo da participação de cada Região no comércio internacional de bens, ambos em % do PIB.

Sendo a economia portuguesa muito mais aberta de que a espanhola e a Região Norte, por tradição, a região mais exportadora de Portugal, não são de estranhar as diferenças na procura externa. Também a dimensão relativa dos dois países e a distinta grandeza dos respectivos mercados internos são factores responsáveis por estes diferentes posicionamentos. De qualquer forma, é positivo que ambas as regiões tenham taxas de cobertura de importações pelas exportações positivas. Este indicador positivo é particularmente relevante para o Norte de Portugal, por tal taxa ser tradicionalmente negativa no balanço do comércio externo português. No entanto, é também de sublinhar a importância que Portugal teve, através da Região Norte e depois da adesão, como oportunidade para a internacionalização das empresas galegas.

► 2.3 - *Novos Desafios*

Os novos desafios que se colocam ao Eixo Atlântico e à Cooperação Transfronteiriça entre as duas regiões, terão de ser construídos sem esquecer os comportamentos específicos dos seus agentes, reconhecendo as suas capacidades e explorando o potencial do seu trabalho em rede, mas pensados a partir da consistência dos seus maiores activos morais e cívicos, entendidos como plataformas de reflexão e de preparação da acção: cidades/municípios, estabelecimentos de ensino superior, instituições sociais e culturais e associações empresariais.

Este trabalho muito ganhará se for assimilado pelos poderes regionais (ou autoridades pararegionais, no caso português), porque há uma clara noção de que determinados desígnios colectivos só se alcançam se os mesmos valores forem assumidos por parte de todos. São exemplos desses valores: O conhecimento, os factores de competitividade, a capacitação avançada, a inovação, a formação técnica e profissional, o empreendedorismo, a preocupação com a qualidade, a internalização das exigências da sustentabilidade. É crítico saber passar do reconhecimento da importância destes valores para a sua integração em padrões da boa governação.

É preciso ter um bom conhecimento da situação concreta em que cada uma das duas regiões se encontra e estar sintonizado com os seus factores de sucesso, nas diversas dimensões do problema. Temos que compreender as dinâmicas recentes: os episódios de reestruturação industrial em curso, o sucesso das novas tendências exportadoras da produção regional, as especializações produtivas que estão a emergir, tanto a nível sectorial como espacial, o fenómeno do crescimento turístico cada vez mais exigente e qualitativo. Tudo reclama agentes mais especializados, profissionais mais atentos e autoridades regionais e locais mais sensíveis aos sinais de transição.

É neste sentido que o Eixo Atlântico deve prosseguir sendo legítimo colocar as seguintes questões:

- Como se deve actuar para melhor enquadrar as políticas públicas?
- Que actores devem ser convocados nos diferentes níveis de intervenção?
- Que poderes devem ser reivindicados ao nível regional e local para que haja maior ajuste de competências nos domínios mais sensíveis para as populações das zonas fronteiriças, tais como: saúde, emprego, formação, educação, lazer, cultura, serviços às empresas?

Além do que foi dito, temos de ter consciência de que o que está em causa é projectar acção para o futuro, o qual é cada vez mais incerto e problemático. Assim, torna-se necessário enquadrar a nossa reflexão de

uma forma prospectiva, tentando construir cenários possíveis e procurando perscrutar as tendências globais que se afigurem mais prováveis. Não faz qualquer sentido adivinhar o futuro, mas temos obrigação de reduzir o risco da incerteza para estarmos mais prevenidos. Para caracterizar o mundo em que vamos viver, os especialistas nestas matérias discutem alternativas contraditórias entre uma sociedade que nos habituamos a desejar de forma mais ou menos utópica, mais inclusiva e convergente, ou um mundo surpreendente mais fragmentado, tanto a nível interno como global, cuja evolução é mais difícil antever.

Este segundo cenário, mais preocupante e instável, caracteriza-se por um declínio do poder do Estado, pondo em causa os sistemas democráticos tal como os reconhecemos, colocando dificuldades aos sistemas de governação nos diferentes níveis. Tal embaraço começa já a manifestar-se na União Europeia. Relatórios sobre tendências globais publicados tanto pela União Europeia⁷ como pela administração americana⁸ concluem que há uma tendência para o “empoderamento” dos indivíduos e para a difusão do poder num mundo cada vez mais interconectado e policêntrico. Há 20 anos os grandes conflitos a nível mundial resolviam-se pela convergência de pontos de vista entre a União Soviética e os Estados Unidos. Hoje, para resolver a questão da Síria, não chega aquele esforço de entendimento, dado não poderem ser dispensados outros protagonistas e outras perspectivas divergentes.

Se a tendência para a capacitação dos indivíduos se acentuar, seremos confrontados com uma maior exigência de participação por parte dos cidadãos. O risco associado a esta tendência estará no desfasamento entre expectativas e a realidade, o que é gerador de desconfiança em relação a quem exerce o poder da soberania democrática, podendo gerar populismos e nacionalismos identitários⁹. Isto já se manifesta, de forma preocupante, em alguns países da União Europeia, contribuindo para a sua fraqueza relativa.

A tendência para a difusão do poder, que gera declínio de autoridade das entidades estatais tal como as conhecemos hoje, pode ter aspectos positivos que importa reter para efeito destas reflexões sobre o futuro do Eixo Atlântico. De facto, uma maior capacitação do cidadão pode ser acompanhada pelo reforço da sociedade civil e pela emergência de redes de interesses e de poder difuso. O desenvolvimento da sociedade do futuro terá de ter em conta que o mundo em que vamos viver será pontuado por uma maior multiplicidade de actores, com capacidade de mobilização da sociedade civil e suas organizações, as suas fundações, os empresários e as suas associações, enfim as suas cidades, enquanto formas de organização territorial. O poder já não estará apenas nos Estados, mas também em redes de cidadãos que se organizam por interesses e motivações, não esquecendo a crescente capacidade de veicular ideias pelas redes sociais. Sendo o Eixo Atlântico uma associação policêntrica de cidades, num território com afinidades e dotado de uma sociedade com ambições evidentes, é legítimo questionar qual o seu papel, em especial pela capacidade de explorar a formação de redes que reforcem a interconexão.

⁷ Álvaro Vasconcelos, “Global Trends 2030 - Citizens in an Interconnected World”, ESPA Report, EU-ISS, Paris, Março 2012.

⁸ “Global Trends 2030: Alternative Worlds”, National Intelligence Council, Dezembro 2012.

⁹ Álvaro Vasconcelos, Texto de enquadramento das Conferências “Tendências Globais 2030: Os Futuros de Portugal”, Fundação de Serralves, 2015/2016.



3.0

ÁREAS ESTRATÉGICAS

3.0 Áreas estratégicas

Quanto às áreas estratégicas que pareceu interessante abordar neste texto de reflexão, destacam-se as seguintes:

- A competitividade territorial, onde se incluem as infraestruturas, os equipamentos, a redução das assimetrias regionais, a capacitação dos recursos humanos e a inovação;
- O investimento estrangeiro;
- O Ambiente;
- A Inovação Social cobrindo os domínios da inclusão social e da luta contra a pobreza;

► 3.1 - As Questões da Competitividade Territorial

Em períodos de programação anteriores, quando se abordavam os temas de desenvolvimento regional, atribuíam-se prioridade às infraestruturas e aos equipamentos de utilização colectiva, acreditando que eram elementos decisivos para a redução das assimetrias regionais.

Com a evolução da economia, o progressivo esbatimento das fronteiras e, principalmente, com o incremento do comércio bilateral entre os dois países ibéricos, abriram-se oportunidades para os nossos dois países e para as nossas duas regiões.

É conhecida a progressiva interdependência das economias portuguesa e espanhola. Enquanto antes de 1986, não havia relações comerciais significativas, quarenta anos depois, Espanha passou a ser o primeiro fornecedor de Portugal (18.013 M€, em 2014) e o seu quinto cliente, com um volume de bens vendidos só ultrapassado pela França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Em contrapartida Portugal, apesar da sua mais reduzida dimensão territorial, vendeu a Espanha cerca de 10.000 milhões de € em 2014, sendo hoje o oitavo fornecedor do expressivo mercado espanhol. Em termos de comércio bilateral e na perspectiva de Espanha, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 180%, em 2014, tendo evoluído para um maior equilíbrio na primeira metade de 2015, com um valor de 165%. Analisando o mesmo ratio do comércio bilateral, agora entre Portugal com cada uma das mais significativas autonomias espanholas, verifica-se que é com a Galiza que ocorre o maior equilíbrio - 1,19 nos primeiros seis meses de 2015. Além de mais equilibrado, também se pode considerar muito significativo em termos quantitativos, dado que a Galiza, na 1.ª metade de 2015, representa 12,8% do total das vendas de Espanha para Portugal (1.132 M€ em 8.828 M€) e 17,8% do total das compras que Espanha fez em Portugal (951 M€ em 5.350 M€)¹. Pode dizer-se que nestes quarenta anos de relação, o Norte de Portugal se foi constituindo como um bom veículo para que as empresas galegas, antes mais orientadas para o grande mercado interno espanhol, reforçassem a sua experiência de internacionalização. Igual fenómeno também se verificou em sentido inverso.

¹ "Balanza Comercial de España con Portugal en enero-junio 2015", in Actualidade Economía Ibérica, Revista da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, n.º 219, Setembro 2015

Por outro lado, a relação com os exigentes mercados europeus impôs muito maior rigor produtivo e implicou maior preocupação competitiva. Os agentes económicos e sociais aperceberam-se que, tal como as empresas, também o espaço organizado onde elas operam pode determinar condições mais ou menos favoráveis à economia. Faz assim sentido falar de competitividade territorial e dos factores que determinam a competitividade de um território. Em seguida serão abordados alguns desses factores, desde os clássicas infraestruturas e conhecimento e a inovação.

• 3.1.1 - As Infraestruturas Viárias

Há 30 anos, imediatamente antes da nossa adesão, a rede de estradas nacionais era a do plano rodoviário de 1945. Quem não se recorda das sete horas que eram necessárias para fazer o percurso do Porto a Bragança sendo que, só de pensar na penosa travessia do Marão, se gerava uma sensação de desconforto. Por outro lado, para percorrer os 60 km do Porto a Braga arriscava-se a vida para fazer a viagem em menos de uma hora e meia.

A revisão do plano rodoviário de 1985 criou um novo conceito de rede, assente nos itinerários principais (IPs) e nos itinerários complementares (ICs). No entanto, foi marcado por uma atitude de reduzida ambição, só compreensível pela escassez de recursos a que estávamos habituados.

De facto, a partir de 1986, entrámos num período de generoso acesso aos fundos europeus - estruturais e de coesão - que permitiram a concretização de uma parte desses itinerários, ainda numa lógica de estradas sem faixas de rodagem independentes. Algumas deles revelaram-se de grande insegurança viária e ficaram tristemente conhecidos pelos inúmeros acidentes que neles se verificavam, como foi o caso da IP4, a mais importante via estruturante da Região Norte, entre o Porto e Bragança.

O plano de 1945 demorou a ser revisto 40 anos, enquanto o de 1985, cedo revelou severas insuficiências, que foram agravadas com o progressivo desenvolvimento das primeiras autoestradas, a ponto de ter de ser revisto em 2000. O Plano Nacional Rodoviário de 2000 (PNR2000) ainda conservou a designação de IPs e ICs mas aceitou que o mesmo itinerário pudesse adoptar troços de diferentes tipologias: autoestradas, vias rápidas e estradas. Na rede complementar foram incluídas as antigas estradas nacionais (EN).

Destas antigas EN, do PNR1945, algumas ficaram por fazer, outras não tendo sido integradas na rede de IPs ou ICs, foram consideradas na tipologia desvalorizadora de "outras estradas", outras ainda foram desclassificadas passando para a responsabilidade municipal, mediante uma prévia intervenção da JAE (Junta Autónoma das Estradas), que se limitava à reparação do tapete betuminoso, sem qualquer rectificação de curvas ou correcção de traçado. Esta prática, tantas vezes contestada por parte dos autarcas e populações, traduzia o receio de fazer despertar ambições para as quais se alegava não haver recursos suficientes. Na maioria dos casos, porém, um melhor piso convidava a praticar maior velocidade sem acréscimo nas condições de segurança e, por isso, a aumentar a sinistralidade.

O PRN2000 criou o conceito de "rede de estradas municipais" que na realidade não é uma verdadeira rede, mas antes um acervo de estradas sem grande homogeneidade em termos de características técnicas e níveis de serviço. Também criou as "estradas regionais" apesar de não haver uma tutela política regional que zelasse por elas e garantisse a sua articulação com as outras duas tipologias de estradas - nacional e municipal. Este novo plano também assume as estradas com a configuração de autoestrada numa designação própria - "rede nacional de autoestradas".

Enfim, tão variada definição tipológica, não torna fácil a leitura do sistema viário nem é clara para o utilizador, independente dele ser nacional ou estrangeiro.

Por outro lado, se alguém se der ao trabalho de ajustar o sistema rodoviário português com o homólogo espanhol, no qual as vias nacionais convivem de uma forma bastante mais razoável com as vias de hierarquia regional ditas “autonómicas”, rapidamente percebe que na fase de concepção dos nossos sucessivos PNR sempre houve muito pouca preocupação de compatibilidade com as redes do país vizinho, introduzindo dificuldades nas conjunções pontuais transfronteiriças e atrasando severamente a conclusão dessas ligações, como aconteceu com a ligação de Chaves a Verín ou de Bragança a Zamora (via Alcañices).

Também as exigências de carácter burocrático, nos níveis nacionais, muito condicionaram o progresso de alguns projectos de pontes internacionais, apesar do empenho das autoridades regionais e locais. O caso mais flagrante foi o da ponte de Goian (Tomiño) - Vila Nova de Cerveira, sobre o Rio Minho, que consumiu mais de quinze anos entre as primeiras diligências dos autarcas dos dois municípios fronteiriços, na segunda metade dos anos 80, e a sua conclusão, em 2004. A concretização desta ponte ficou mais a dever-se à persistência das autoridades locais e ao empenho conjunto da Xunta de Galicia e da CCRN em ultrapassar as dificuldades técnicas, financeiras e diplomáticas, do que à vontade das instâncias nacionais.

Hoje, podemos testemunhar o forte contributo que as diferentes pontes sobre o troço internacional rio Minho deram para a dinamização da economia e para a integração social nos municípios ribeirinhos em ambos os lados da fronteira. Não foi apenas decisiva a nova ligação por via rápida ente Tuy e Valença (1993), mas ainda as outras três pontes: Salvaterra - Monção (1995), Arbo - Melgaço (1999) e a já referida ponte de Cerveira (2004). Houve ainda a ambição de fechar as ligações sobre o Rio Minho com uma nova ponte, mais próxima da Foz, entre Caminha e A Guarda. Porém o seu muito maior desenvolvimento e os muito mais elevados custos depressa fizeram abandonar essa ideia como uma prioridade.

Ao nível de rede ferroviária muito já foi dito no sentido de favorecer uma ligação mais rápida ente as cidades da faixa atlântica da Galiza e do Norte de Portugal, afinal algumas das cidades mais importantes do Eixo Atlântico - Área Metropolitana do Porto, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Braga, Viana do Castelo, Valença, Tuy, Redondela, Vigo, Pontevedra, Vilagarcia de Arousa, Santiago, A Coruña, Betanzos, Ferrol. Nesta rota é crítica a ligação Porto - Vigo. Não é aceitável que, no momento em que estamos, esta importante concentração populacional não seja servida por uma ligação ferroviária rápida. Não serve o argumento de que a ligação de 140 km não tem procura que justifique a sua reformulação. Sendo a actual qualidade da oferta tão deficiente, não são legítimos argumentos deste género. A procura potencial é óbvia dada a relação entre as duas regiões e a integração económica e social cada vez mais promissora. O que tem faltado é visão esclarecida e vontade política, principalmente do lado português para que tal compromisso seja assumido numa perspectiva de planeamento de médio prazo.

Se este tipo de argumento não fosse suficiente, bastaria recordar a eminente ligação da rede ferroviária galega à rede de alta velocidade espanhola, prevista no PEIT - Plan Estratégico de Infraestruturas y Transportes (2000)². Está em bom ritmo de execução o previsto naquele plano, a construção de uma linha nova de bitola europeia de ligação entre Madrid e Santiago, passando por Zamora, Sanabria e Ourense, para velocidades médias de 300/350 km/hora, só para passageiros. Nos primeiros meses de 2015 entrou em serviço a

2 “A rede Ferroviária Interior na Euro-Região Galiza - Norte de Portugal”, Biblioteca de Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2007.

linha de alta velocidade entre Vigo e a Coruña que permite unir as duas cidades (a 150 km uma da outra, por sinal uma distância da mesma ordem de grandeza entre Vigo e Porto), apesar de três paragens no percurso, em apenas 70 minutos. Este serviço fica ainda conectado à ligação, já existente há mais de um ano, que une Ourense e Santiago, com cerca de 100 km, em apenas 40 minutos.

A conexão com a rede portuguesa (ligação Porto - Valença) fica assim remetida para uma rede complementar, não se inscrevendo na rede ibérica de Alta Velocidade.

De acordo com a actual programação, previa-se que a modernização da linha do Minho, entre Nine e Valença, ficasse operacional em 2017/2018, podendo ser praticadas velocidades entre o Porto e Vigo de 140/150 km/hora, o que reduziria o tempo de percurso entre as duas cidades para cerca de uma hora. Infelizmente os compromissos assumidos nesta matéria em cimeiras luso-espanholas tardam em ser cumpridos pelo lado português.

O Norte de Portugal beneficiaria com mais algumas intervenções de melhoria na sua já escassa rede ferroviária ou no acesso à rede de alta velocidade espanhola:

- A modernização da conexão rodoviária entre Bragança e Sanabria, encurtando-a para 30 km, faria com que Bragança se tornasse a cidade portuguesa mais próxima, a apenas 20 minutos, de uma estação ferroviária da rede espanhola de TGV.
- O melhoramento do sistema de controle de tráfego na rede portuguesa;
- A modernização e electrificação da linha do Douro, entre Caíde e a Régua;
- A variante da Trofa.

Pensando num futuro de médio e longo prazo e independentemente das dificuldades topográficas e dos elevados custos, faria sentido iniciar estudos sobre a viabilidade de algumas novas conexões ferroviárias na rede actual, como por exemplo as ligações ferroviárias Braga/ Guimarães e Braga/Barcelos. Estas ligações contribuiriam para a organização do chamado "Quadrilátero Urbano" (Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão) e dariam densidade a um dos subsistemas urbanos mais promissores no Norte de Portugal.

Tem-se repetido muitas vezes que no processo de desenvolvimento português a fase das infraestruturas está, de certa forma, ultrapassada. Se a afirmação é compreensível por alguns erros de planeamento, de redundância ou por ser discutível a prioridade que foi atribuída ao investimento neste tipo de infraestruturas com prejuízo de outro, de maior impacto económico de médio prazo, não podemos só por isso deixar de reconhecer que ainda há questões a resolver, para tornar mais eficiente o ambiente favorável ao crescimento empresarial e de estímulo do comércio externo. O facto de termos pecado por excesso no passado, não deve interditar todo e qualquer investimento em infraestruturas produtivas. Bem ao contrário, reclama que sejamos muitos mais selectivos na escolha das futuras opções, que as submetamos a rigoroso escrutínio público e que ponderemos os seus contributos para maior eficiência colectiva.

Assim, não se pode aceitar que, por razões preconceituosas, a Comissão Europeia tenha imposto no Portugal 2020 uma interdição absoluta para novas ligações viárias. Se é verdade que a rede nacional de autoestradas

de que Portugal hoje dispõe é um importante factor de competitividade, também é crítico que essa rede esteja correctamente conectada com os principais equipamentos económicos e as infraestruturas produtivas mais decisivas. Podem incluir-se nestes casos as ligações rodó e ferroviárias aos portos marítimos ou o acesso rodoviário a perímetros industriais ou tecnológicos, pelo impacto que têm como equipamentos de apoio ao comércio externo regional, cada vez mais exportador.

No que respeita aos portos marítimos são evidentes os impactos positivos que resultaram das melhorias nas acessibilidades dedicadas e nas condições de operacionalidade que foram conferidas ao Porto de Leixões e que resultaram de uma criteriosa operação de planeamento e de uma continuada administração esclarecida. Importa agora adoptar a mesma atitude para solucionar os problemas que ainda afectam a eficácia do Porto de Viana do Castelo. Faria sentido que as administrações dos diferentes portos da fachada atlântica comum concertassem posições para garantir maior abertura conjunta ao exterior. A coordenação da sua actividade poderia ter ganhos se esses portos, galegos e portugueses, se entendessem numa estratégia atlântica conjunta para o noroeste peninsular, à semelhança do que ocorre com o Sistema Integrado para o Mar Báltico (NEIBI - North European and Baltic Sea Integration), racionalizando ligações e explorando especializações portuárias.

As ligações rodoviárias a zonas industriais ou a parques tecnológicos, devem ser programadas por critérios de relevância regional. Como exemplo inquestionável refere-se a urgente melhoria das condições de acessibilidade ao Ave Parque, entre Braga e Guimarães.

Um dos factores de competitividade de uma economia regional como a portuguesa prende-se com a capacidade de reduzir a perifericidade dos seus territórios, melhorando a conexão com locais centrais europeus e aumentando a oferta de voos transatlânticos directos tanto para os Estados Unidos da América como para a América do Sul. Por isso, o aeroporto de Sá Carneiro é responsável, de forma muito evidente, pela redução do isolamento do Norte de Portugal, beneficiando igualmente a parte sul da Galiza, o que fica demonstrado pela forte demanda deste aeroporto por parte de utilizadores galegos que assim ficam desobrigados de ter que usar o *hub* de Barajas, em Madrid.

A este propósito, diga-se que é incompreensível a estratégia da nova orientação accionista da TAP quando se propões suspender rotas a partir do Porto. Os membros do Eixo Atlântico estão a ver bem a questão quando verberam estas decisões. O presidente do Eixo Atlântico - Dr. Ricardo Rio – considerou que tal decisão representa uma perda de oportunidades para a economia nortenha. “Prejudica empresas e população, tudo o que reduzir a oferta da TAP é penalizar a região, para agentes económicos, inclusivamente até numa perspectiva não só de saída mas também de entrada, penalizando a promoção turística da região”³. Também o Presidente da Câmara Municipal do Porto se insurgiu contra a criação de voos directos de Vigo para Lisboa, porque ao tentar atrair passageiros para o *hub* de Lisboa pode pôr em causa a relação privilegiada do mercado galego com Pedras Rubras⁴.

Também a qualificação da rede regional de aeródromos tem de ser analisada de forma integrada, não só numa lógica de complementaridade ao aeroporto de Pedras Rubras, mas também como oferta independente para melhorar a oferta de voos regionais. Incluem-se neste duplo âmbito os seguintes aeródromos: Alto Minho, Maia, Braga, Bragança e Vila Real.

3 “Diário do Minho”, 20 de Janeiro de 2016.

4 “Publico”, 26 de Janeiro de 2016.

• 3.1.2 - Os Recursos Humanos

Um dos mais importantes factores de competitividade territorial é sem dúvida a capacidade dos recursos humanos tanto ao nível da formação escolar como de formação avançada. É conhecida a tradicional deficiente posição relativa da região Norte em matéria de indicadores educativos: taxa de escolarização, sucesso escolar e abandono precoce.

Tendo sido atingido um nível aceitável de cobertura escolar na eurorregião, inclusivamente com a adopção da escolaridade obrigatória até aos 12.º ano em Portugal⁵ com a oferta de ensino universal e gratuito, importa agora que ela seja cumprida e que as taxas reais de escolarização se aproximem dos 100%. No ano lectivo de 2011/2012, essas taxas, a nível nacional português, eram respectivamente de 72,3% para o 12.º ano, 89,9% para o 9.º ano e de 92,3% para o 6.º ano. As taxas de escolarização para os níveis de ensino básico foram crescentes em Portugal até estabilizarem em meados dos anos 90, em valores entre os 80% e 90%, sendo de esperar que no ensino secundário tais valores, que eram de 60% em 1995, possam aproximar-se também do universalização plena dessa escolaridade. ⁶. Era importante que a Região Norte atribuísse a maior prioridade a medidas de política educativa que garantissem essa ambição.

Da mesma forma se assume como decisiva a formação profissional, a formação ao longo da vida e a formação tecnológica. Avaliando o trabalho desempenhado pelos centros de formação profissional do IEFP, nos últimos 25 anos, propõe-se que o perfil da sua oferta formativa seja revisto de forma a adequar-se às novas especializações sectoriais produtivas, muito mais exigentes em termos tecnológicos, como é o caso das TICE - Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica, em que o Norte de Portugal começa a ter peso e onde a escassez de gente disponível com formação específica é factor limitante ao desenvolvimento do sector.

Sobre a cooperação ao nível do ensino superior, vê-se com o maior interesse a aproximação entre as instituições das duas regiões de forma a integrarem capacidades de investigação e de desenvolvimento tecnológico, sendo de dinamizar o esforço já iniciado para aproximar as seis universidades públicas da Galiza e do Norte de Portugal⁷ - Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro - explorando as complementaridades entre elas e procurando desenvolver projectos conjuntos que aproveitem o conhecimento que vai sendo produzido e a invejável capacidade dos seus centros de investigação, tendo com o referencial o quadro da eurorregião, desenvolvendo nomeadamente as seguintes acções:

- Promoção, dinamização e desenvolvimento da investigação inter-universitária de carácter multidisciplinar na euroregião Galiza-Norte de Portugal;
- Programação de actividades docentes, tendo como objectivo fundamental a formação de especialistas, bem como a reciclagem de profissionais;

⁵ Lei 85/2009, de 27 de Abril.

⁶ David Justino, "50 Anos de Políticas de Educação - Escolaridade Obrigatória: Entre a Construção Retórica e a Concretização política", Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, <http://sociologia.davidjustino.com/wp-content/uploads/2014/11/escolaridade-obrigat%C3%B3ria.pdf>

⁷ "Estratexia da Rede de Universidades da Eurorrexión, para o desenvolvimento intelixente, sostenible e integrador 2015-2020", CEER - Centro de Estudios Euro Rexionais, Santiago de Compostela, 2014.

- Realização de relatórios e assessoria técnica em temas de conhecimento das suas competências;
- Criação de bases de dados especializadas, bibliográficas ou documentais, úteis à comunidade científica nas diferentes áreas de investigação que pareçam oportunas e relativas a projectos conjuntos;
- Promoção em colaboração de iniciativas ou publicações científicas para a partilha e divulgação de conhecimento adquirido.

Vê-se com interesse estratégico a implementação de programas de intercâmbio que estimulem a mobilidade jovem no espaço da eurorregião. É considerado verdadeiramente crítico para a consolidação de um território eurorregional o aumento do intercâmbio de experiências académicas e profissionais entre os jovens de ambas as regiões. Tal objectivo poderia ser alcançado através de esquemas que facilitem a abertura de vagas, com reciprocidade, nos cursos regulares e de pós-graduação de ensino superior, para que os jovens duma região possam frequentar as universidades da região vizinha. Outra alternativa seria a concessão de estágios profissionalizantes de média duração para jovens diplomados, também em regime de reciprocidade.

Outra preocupação, no que diz respeito à região Norte de Portugal, prende-se com a sua rede de ensino superior. Reconhece-se ser importante identificar as instituições com mais dificuldades e tentar clarificar o seu papel na rede do ensino superior da região - universidades e politécnicos - especialmente definindo o contributo que cada instituição pode dar para fazer discriminação positiva cultural e social. Reconhece-se como prioritário definir condições de sustentabilidade para cada instituição, sendo necessário uma estratégia concertada entre os nós desta rede de instituições de forma a estabilizar orientações diferenciadoras mas ao mesmo tempo de cooperação. Desse esforço, poderia resultar uma saudável orientação regional para a redefinição das especialidades, da distribuição espacial dessas especialidades e, inclusivamente, de propostas de operações para uma desejável consolidação da rede regional. O que não faz sentido é prosseguir a competição em regime descondicionado sem ter em conta a preocupação de racionalizar o conjunto. Porque não vai haver recursos para suportar tudo com qualidade, seria uma boa contribuição para a necessária consolidação da rede de instituições de ensino superior em termos nacionais, se a nível regional as instituições hoje existentes se conseguissem concertar previamente, num compromisso com os outros agentes da socio economia regional. Uma tal proposta regional ganharia em autoridade e demonstraria a vantagem de o alcançar em termos nacionais.

Para além da informação estatística acima incluída, justificar-se-á acrescentar alguns dados sobre a evolução do emprego em ambas as regiões. Tradicionalmente a taxa de desemprego na Galiza é mais elevada que no Norte de Portugal, embora com sinais de redução nos últimos anos como se pode verificar no quadro 5 que cuida da evolução do emprego na Galiza entre 2009 a 2016.

■ **Quadro 5 - Evolução do Emprego na Galiza entre 2009 e 2015 (em milhares)**

ano (IV Trimestre)	com emprego	sem emprego	população activa	taxa desemprego
2009	1 142,2	167,6	1 309,8	14,7%
2010	1 097,0	203,0	1 300,0	18,5%
2011	1 080,4	339,8	1 420,2	31,5%
2012	1 033,8	276,9	1 310,7	26,8%
2013	1 002,6	280,9	1 283,5	28,0%
2104	1 000,4	263,8	1 264,2	26,4%
2015	1 032,6	222,7	1 255,3	21,6%

Variacão 2009/2015

7 anos	-109,6	55,1	-54,5
%	-9,6%	32,9%	-4,2%

Fonte: IGE

Esta informação do IGE revela que número de pessoas activas na Galiza se reduziu em 64.400, passando de 1.319.600 para 1.255.200, neste sete anos. A taxa de actividade teve um leve decréscimo, de 54,8% para 53,3%.

Se a crise económica elevou o número de desempregados, também o mercado de trabalho galego se precarizou, exibindo situações de intermitência entre trabalho temporário, desemprego ou emprego a tempo parcial. Por outro lado, a proporção de trabalhadores a tempo parcial sempre foi superior nas mulheres, havendo quase três vezes mais mulheres contratadas a tempo parcial (111 mil) do que homens nesta situação (35 mil). Entre 2009 e 2015, o número de trabalhadoras a tempo parcial passou de 18% para 23%, enquanto para os homens o incremento foi de 5% para 7%.

Em 2013, na Região Norte de Portugal e em comparação com os dados nacionais disponíveis sobre a situação laboral, registava-se a seguinte situação⁸:

⁸ "A Região Norte em Números, em 2013" INE, 2015

■ **Quadro 6 - Desemprego na Região Norte e Portugal (2013)**

	<i>Região Norte</i>	<i>Portugal</i>
<i>População Empregada</i>	<i>1 543,9</i>	<i>4 429,4</i>
<i>População Desempregada</i>	<i>319,3</i>	<i>855,2</i>
<i>População Activa</i>	<i>1 863,2</i>	<i>5 284,6</i>
<i>Taxa de Actividade Total</i>	<i>52,0%</i>	<i>52,0%</i>
<i>Taxa de Actividade Feminina</i>	<i>46,6%</i>	<i>46,7%</i>
<i>Taxa de Desemprego</i>	<i>17,1%</i>	<i>16,2%</i>
<i>Taxa de Desemprego feminino</i>	<i>18,0%</i>	<i>15,5%</i>
<i>Desemprego de longa duração</i>	<i>64,4%</i>	<i>62,1%</i>
<i>Desemprego na faixa dos 15 aos 24 anos</i>	<i>35,4%</i>	<i>38,0%</i>

A situação, naquilo em que pode haver comparação, não é muito distinta nas duas regiões. Continua a revelar-se preocupante a elevada taxa de desemprego na faixa etária juvenil, bem como a dificuldade em regressar ao mercado de trabalho por parte dos desempregados de longa duração.

• **3.1.3 - A Inovação e a Formação Tecnológica**

Entre os factores que contribuem para a competitividade territorial, porventura mais do que os dois anteriormente referidos, a inovação é aquele que mais determinará o futuro das nossas duas regiões. Por inovação entende-se a capacidade de transformar o conhecimento, acumulado nas universidades e outras instituições que o produzem, em valor económico. As instituições mais vocacionadas para alcançarem este desígnio pertencem ao universo empresarial.

Não se deve perder de vista que tanto pode haver inovação através da criação de novos produtos - bens ou serviços - como nos processos para os desenvolver, ou ainda, através dos modelos organizativos adoptados pelas instituições. As diferentes formas de inovação têm em comum a preocupação de acrescentar valor, pressupondo sempre a exaltação da função empresarial e da promoção do ambiente urbano favorável à criatividade.

A política de cidade é cada vez mais centrada na criação de condições para o desenvolvimento da ambiente criativo e inovador.

É absolutamente crítico que se explorem as potencialidades das novas políticas urbanas, se inventariem e divulguem as experiências em curso nas cidades do Eixo Atlântico, podendo fazê-lo através da dinamização da plataforma criada no âmbito da Comissão Delegada de Inovação e da sua agenda urbana.

Também se releva a acção do Iberian Nanotechnology Laboratory (INL), em Braga, iniciativa conjunta de Espanha e Portugal para o desenvolvimento de investigação no domínio transversal das nanotecnologias. O INL, pela seu equipamento de ponta e pela qualidade das suas instalações, tem capacidade de desenvolver conhecimento avançado, atraindo investigadores de todo o mundo. É reconhecido como uma plataforma indutora de novos projectos industriais de ponta, esperando-se que seja capaz de atrair para a sua vizinhança investimento industrial de maior valor acrescentado e inovação produtiva.

Recorda-se que o impacto de um laboratório deste tipo na estrutura produtiva é sempre lento, pelo que reclama que as escolhas das especialidades temáticas tenham de ser sempre criteriosas porque demoram o seu tempo a consolidar. Por isso mesmo, um bom princípio de orientação para os gastos públicos em I&D será seguir como critérios de escolha dos domínios a financiar a selectividade e a persistência. Não se justifica num ambiente de escassez de recursos, tentar cobrir todas as áreas, nem estar a modificar constantemente as opções mais estratégicas. Só com uma política com escolhas ajustadas e com um esforço continuado se podem obter resultados palpáveis.

Um outra forma de tirar melhor proveito destas infraestruturas tecnológicas é fazer opções temáticas a partir de uma base de capacidade e conhecimento já existentes.

Assim, reconhece-se que outros domínios em que faria sentido fazer idêntico esforço seria nas áreas das Ciências Biomédicas, do Agroalimentar, da Mobilidade Eléctrica, da Economia do Mar, das Energias Renováveis de base marítima (por exemplo, eólica off shore e o aproveitamento da energia das ondas, fortemente dependente da metalomecânica pesada, que tem grande tradição no Alto Minho, e de capacidades e de tecnologias instaladas nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo).

Para termos uma ideia das oportunidades neste domínio, podemos citar um recente parecer do Comité das Regiões⁹ sobre o roteiro europeu para a energia oceânica 2010-2050, onde se estima ser possível criar até meio milhão de postos de trabalho na UE até 2050, 26 000 postos de trabalho diretos até 2020, e que a energia oceânica poderá satisfazer 15% da procura de energia na UE em 2050 (188 GW), abastecendo 66 milhões de lares. A transição para a energia oceânica poderia contribuir para reduzir significativamente as emissões de CO₂ em 2,61 milhões de toneladas até 2020 e 136,3 milhões de toneladas até 2050. O investimento em energia oceânica aumentaria para 8,5 mil milhões de euros em 2020 e para 451 mil milhões de euros em 2050.

Tanto a Galiza como a região Norte de Portugal têm uma forte tradição nas energias renováveis. Portugal e Espanha orgulham-se da aposta que fizeram nas Energias Renováveis ao longo dos últimos vinte anos. Chama-se a atenção para o facto de Portugal ter terminado o ano de 2015, que não foi um ano hidrológico forte (esteve a 74% da média), com uma produção de electricidade a partir de fontes renováveis da ordem de 50,4% do total da energia eléctrica produzida. Entre as energias renováveis, a eólica foi a que mais

⁹ “Desenvolver o potencial da energia oceânica”, Comité das Regiões (CR-2015-01693-00-00-AC-TRA-PT), Bruxelas, Outubro de 2015.

contribuiu para o mix nacional com 22,5%, seguindo-se a hídrica com 19,1% e a biomassa com 5,1% da produção nacional¹⁰.

Entre os novos domínios tecnológicos a desenvolver no Norte de Portugal, importa sublinhar a importância do reforço de competências na fileira da vinha e do vinho. O Governo anterior criou em Vila Real, junto da UTAD, o Centro de Excelência do Vinho e da Vinha. Este centro pretende, nas palavras do Reitor da UTAD, “desenvolver investigação para empresas, articular serviços, promover a formação e fazer uma forte aposta no mercado internacional. O centro está incluído no Regia Douro Park - um Parque de Ciência e Tecnologia que a UTAD concebeu em parceria com a Câmara Municipal de Vila Real e a Portuspark, o que permite que o Centro faça uma forte aposta na investigação dirigida para as empresas e a seu pedido, as quais determinarão o funcionamento do centro”¹¹. Pretende prestar serviços à Região Demarcada do Douro, articular entidades que fazem serviços de consultoria, de análises ou de todo o tipo de atividades ligadas ao setor. A formação será outra das valências do centro, tendo a UTAD celebrado um consórcio com as universidades do Porto e Católica, com vista à criação de um curso de doutoramento ligado à vinha e ao vinho. Desta forma, a UTAD pretende aumentar a sua ambição internacional e não se circunscrever apenas ao Douro.

Esta plataforma de inovação vai ter seis milhões de euros em quatro anos para acrescentar conhecimento à economia do Norte Interior, na opinião do Ministro Poiães Maduro¹² e deverá ser o primeiro dos três centros de investigação a instalar no interior de Portugal. Não seria necessário grande investimento por já dispor de instalações e laboratórios existentes na universidade, tendo como principal desafio a montagem uma equipa capaz de cumprir as ambições deste projecto.

Também se reconhece ser urgente a criação de um Centro de Formação Técnica Avançada nos domínios das TICE (Tecnologias da Informação, Electrónica e Telecomunicações). O Setor das TICE integra um conjunto alargado de atividades industriais e de serviços como os Equipamentos TI, Serviços TI, Software, Electrónica de Consumo, Equipamentos de Telecomunicações e Serviços de Telecomunicações. Um elevado número das empresas no sector das TICE encontra-se sediado no Norte de Portugal, reconhecendo-se que um factor limitativo ao seu futuro desenvolvimento é justamente a escassa disponibilidade de mão de obra especializada, sendo assim crítico reforçar a capacidade regional de formação avançada nestas áreas. Cada vez mais a indústria dispõem de equipamentos electrónicos sofisticados que reclamam gente qualificada no domínio das TICE tanto para a sua operação como para a sua reparação, o que também reclama capacidade laboratorial para além da formação adequada. Era interessante mobilizar as competências residentes nas três universidades públicas do Norte para construir esse modelo de formação avançada, que não reclama novas infraestruturas, nem novos equipamentos, pelo menos no imediato.

10 António Sá da Costa, “Balanço das Energias Renováveis em 2015”, revista “Ambiente Online”, Janeiro de 2016.

11 Declarações à LUSA em 30 de Maio de 2014, pelo Reitor Fontaínhas Fernandes

12 Declarações ao Público, em 9 de Setembro de 2015.

► 3.2 - O Investimento Estrangeiro

Uma estratégia bem concertada para criar condições e atrair investimento estrangeiro, integrando todos os elementos que o estimulam e tornam atraente o nosso território regional comum, faz igualmente sentido.

Considera-se que pode ser decisiva a existência de uma estrutura específica de promoção do território regional para atrair selectivamente investimento estrangeiro, porventura uma estrutura no quadro do AICEP para a Região do Norte de Portugal. Esta estrutura técnica teria como objectivo actuar com maior racionalidade conciliando as exigências dos potenciais interessados com a oferta de factores de localização, de forma a tornar as condições territoriais mais atraentes para uma decisão favorável por parte dos que aqui encontram vantagens. Temos a noção que neste conjunto de elementos se cruzam os factores detidos pelo complexo tecido de universidades, municípios e empresas, podendo as vantagens de tais investimentos gerar benefícios complementares com retorno para todos eles. Era importante, entre todos estes agentes, estabelecer-se um mapeamento territorial das vantagens, para organizar a oferta e simultaneamente identificar disfunções que justifiquem ser corrigidas.

► 3.3 - O Ambiente

Os temas relacionados com o ambiente na eurorregião têm evoluído. A fase das necessidades básicas, que pesava tão negativamente nas duas regiões quando da adesão, está hoje suficientemente ultrapassada. Foram dadas respostas às necessidades elementares de abastecimento de água com elevado padrão de qualidade, de tratamento de águas residuais e de processamento dos resíduos sólidos urbanos. De uma maneira geral, a qualidade de vida avaliada pela satisfação destes indicadores ambientais, mesmo nas zonas rurais, progrediu muito.

- As preocupações, especialmente em meio urbano, evoluíram para novos tópicos¹³:
- Analisar e conhecer o impacto das alterações climáticas, numa óptica de minimização de riscos, em especial nas zonas costeiras;
- Cuidar da gestão sustentável dos recursos;
- Desenvolver o conhecimento sobre as tecnologias ambientais;
- Adoptar medidas de monitorização e instrumentos de avaliação da qualidade ambiental;
- Reduzir passivos ambientais: áreas mineiras degradadas, pedreiras abandonadas, depósitos de sucata, zonas de contaminação industrial;
- Promover a eficiência energética, o uso racional da energia e o recurso às fontes renováveis.

As cidades do Eixo Atlântico têm demonstrado que estão atentas a estas preocupações. Foi a primeira associação de cidades, e além disso de cidades transfronteiriças, que decidiu submeter-se à disciplina de

¹³ “Plano de Acção para a Qualificação do Ambiente no Norte de Portugal 2008-2015”, Norte 2015, CCDRN, 2008.

elaboração de uma “Agenda 21” conjunta, o que foi caso único a nível europeu. Como consequência deste processo foi criada uma Agência de Ecologia do Eixo Atlântico, sediada em Vila Real, que é a segunda existente na Europa, depois da de Barcelona e a primeira de natureza transfronteiriça, que funciona como um laboratório e faz consultoria comum para as 38 cidades e diputaciones provinciales associadas, realizando a maior parte dos seus serviços a título gratuito, por esta operação ter sido financiada pelos fundos do programa POCTEP¹⁴. No entanto, torna-se necessário garantir a sua sustentabilidade financeira depois de cessarem as contribuições comunitárias.

Alguns municípios portugueses associam-se em agências intermunicipais de energia e têm vindo a desenvolver boas práticas ou a sensibilizar as empresas dos seus territórios para a importância das políticas de ambiente. Refira-se o exemplo da AREA (Agência dos Municípios do Alto Minho) que instituiu o prémio de “Excelência Energético-Ambiental no Alto Minho” para distinguir organizações, públicas e privadas, que se destaquem pelos resultados obtidos ao nível da implementação de projetos ou acções que promovam o desenvolvimento sustentável do Alto Minho através da adoção de boas-práticas energético-ambientais.

Outros municípios têm vindo a cooperar no domínio florestal, apoiando as associações de produtores florestais e criando brigadas de sapadores florestais que reduzem o risco de fogos e contribuam para a sua prevenção e para o ordenamento físico, ou ainda estimulando os privados a organizarem-se em projectos colectivos, por exemplo através da criação de ZIFs (zonas de intervenção florestal). Também numa perspectiva ambiental e ecológica, outros municípios têm estudado soluções intermunicipais para a criação de parques em zonas menos povoadas, mesmo em perímetros florestais privados, de forma a facultar um contacto com a natureza aos seu cidadãos, como é o caso do projecto “Serras do Porto” entre os municípios de Valongo, Gondomar e Paredes, que assim se organizam para a criação dum verdadeiro parque natural na Área Metropolitana do Porto.

Este tipo de projectos têm uma grande relevância pedagógica, em especial quando são desenvolvidos com as escolas porque contribuem para o reforço da consciência ambiental dos mais jovens e para a responsabilidade ecológica e cívica das populações. Os recentes acordos de Paris (Conferência do Clima - COP21) sobre a adaptação às alterações climáticas, mesmo admitindo que são o início de um processo, vão implicar uma intensificação nas políticas para o desenvolvimento de indústrias limpas, na assumpção de metas mais ambiciosas para a redução das emissões e ainda no maior incremento das energias renováveis, com claras implicações, a nível de cada país participante nos diferentes sectores de actividade económica: energia, agricultura, indústria, habitação e transportes¹⁵. Todos os países europeus também serão afectados pelos compromissos solidários relativos à participação nas avultadas contribuições financeiras (100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020) que os países ricos assumiram transferir para financiar nos países menos desenvolvidos a transição para as energias limpas e na adaptação aos efeitos do aquecimento global, dos quais poderão ser as primeiras vítimas.

14 POCTEP - Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, em 25 de Outubro de 2007, com o fim de promover o desenvolvimento das zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal, reforçando as relações económicas e as redes de cooperação existentes entre as cinco áreas definidas no programa. Uma nova versão “Programa Interreg V - A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014–2020”, foi aprovada pela CE na sua Decisão C(2015) 893, de 12 de Fevereiro de 2015.

15 21.ª Conferência das Partes da Convenção das Alterações Climáticas das Nações Unidas - COP21, Paris, Dezembro de 2015.

Os municípios do Eixo Atlântico manifestam a sua disponibilidade para explorar o seu potencial de contributo para o cumprimento dos objectivos assumidos na Conferência de Paris. Esses compromissos devem implicar estudos de base que conduzam à definição de metas quantificadas para territórios regionais (NUT II ou NUT III). Estas metas podem ser aplicadas a nível local, através do desenvolvimento medidas concretas de suficiência energética, de acordo com os padrões e recomendações das entidades europeias e mundiais (por exemplo a Agência Internacional de Energia).

O Eixo Atlântico considera ser de recuperar uma visão descentralizada do processo de Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal, com a valorização da gestão das bacias hidrográficas por regiões hidrográficas, tal como fora definido, com largo consenso político, na Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro. No que respeita à Região do Norte foi criada a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARHN) que tinha jurisdição sobre três regiões hidrográficas:

- a) Minho e Lima, que compreende as bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima e das ribeiras da costa entre os respectivos estuários e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- b) Cávado, Ave e Leça, que compreende as bacias hidrográficas dos rios Cávado, Ave e Leça e das ribeiras da costa entre os respectivos estuários e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- c) Douro, que compreende a bacia hidrográfica do rio Douro e outras pequenas ribeiras adjacentes.

A referida Lei permitia que as ARH delegassem algumas competências nas autarquias locais, mediante a prévia celebração de protocolos ou contratos, tais como poderes de licenciamento e fiscalização de utilização de águas e poderes para elaboração e execução de planos específicos de gestão, de protecção e valorização de recursos hídricos, nomeadamente na prevenção e controle de poluição, controle de captações de água, de prevenção de riscos e de políticas de preços. Os municípios do Eixo Atlântico consideram que estas competências sejam exercidas de forma descentralizada. No que respeita às bacias de rios internacionais consideram que os interesses transfronteiriços deveriam ser devidamente acautelados nos respectivos planos de cooperação internacional.

► 3.4 - A Inovação Social e Emprego. Migrações e Refugiados.

Para o próximo ciclo de programação (2014-2020), Portugal propôs à Comissão Europeia o quadro de referência "Portugal 2020" em que um dos quatro domínios temáticos é justamente orientado para a inovação social e o emprego. Como principais desafios são assumidos o combate ao desemprego, nomeadamente o de longa duração e o que afecta os jovens, a luta pela inclusão social e o combate às crescentes desigualdades e a situações de discriminação. Estes são objetivos comuns a toda a União Europeia que Portugal também pretende assumir como prioridade. Um Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE) permitirá reforçar os instrumentos nacionais que concretizarão uma estratégia que, promova um crescimento inteligente, respondendo de forma sustentada ao desafio do emprego e da inclusão social.

Neste sentido este programa visa o "reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas activas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social". O PO ISE prossegue, assim, dois dos objetivos temáticos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - o Objetivo Temático 8 (OT8), "Promover a sustentabilidade e a

qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores” e o Objetivo Temático 9 (OT 9), “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

As prioridades de investimento selecionadas são justamente de três níveis e deram origem a três eixos de intervenção:

- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
- Estimular o emprego jovem;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

Em simultâneo com a proposta do Portugal 2020, o Governo Português decidiu criar a Iniciativa Portugal Inovação Social” e uma estrutura de missão responsável pela sua execução¹⁶. Como na altura foi referido: “Esta medida visa estimular o aparecimento de soluções e modelos de intervenção inovadores, adequados a gerar novas respostas para problemas prementes na área social, bem como em outras áreas de política pública, entre as quais a saúde, a justiça, a educação e a igualdade de género”.

Pretende-se também contribuir para o desenvolvimento e promoção de um mercado de investimento social em Portugal, potenciado por instrumentos de financiamento inovadores, tais como o Fundo para a Inovação Social, enquanto instrumento de natureza grossista adequado a impulsionar o aparecimento de fundos participados para apoio a iniciativas de inovação e empreendedorismo social. Esta iniciativa é concretizada pela mobilização de recursos financeiros de Programas Operacionais do Portugal 2020: Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Programa Operacional Capital Humano, e Programas Operacionais Regionais do Continente. Procurando dinamizar o sistema de inovação social em Portugal, admite-se que possa mobilizar cerca de 150 milhões de euros provenientes de fundos europeus, nos próximos cinco anos. Acredita-se que acelere o desenvolvimento da economia social em Portugal, traduzindo em ganhos de eficiência na utilização dos recursos e maior eficácia na acção dos diferentes parceiros naturais neste domínio de actividade.

Faz sentido referir, a propósito das preocupações com a inovação social em Portugal, as conclusões do relatório de um grupo de trabalho animado pela Fundação Calouste Gulbenkian sobre o financiamento da economia social¹⁷.

Partindo do princípio que a intervenção social já mobiliza importantes recursos públicos e privados, que os problemas com que somos hoje confrontados colocam desafios novos e reclamam soluções inovadoras, este relatório analisa a situação da economia social em Portugal e conclui pela necessidade do seu sistema criar mais valor social não esquecendo que é esse o escopo da sua actividade e não o lucro.

¹⁶ “Resolução do Conselho de Ministros 73-A/2014, de 16 de Dezembro”, Diário da República n.º 242/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-16.

¹⁷ “Nova Abordagem para a Mobilização de Financiamento para a Inovação Social em Portugal”, FCG, 2014, http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2015/07/Preview-Relatório_GT_pt.pdf

Mas reconhece que o problema mais crítico com que se confronta está na dificuldade em financiar a sua actividade. A grande maioria das instituições da economia social em Portugal acusa grandes carências financeiras para fazer face às suas despesas operacionais. Não tendo assegurada a sua sustentabilidade a médio prazo, dissipam muitas das suas energias na angariação de recursos, com prejuízo da sua actividade social que deveria ser dominante.

Por outro lado, o financiamento disponível, a que as instituições sociais tantas vezes se sentem compelidas a concorrer, é predominantemente concebido para o financiamento de operações numa lógica de projecto e não para o apoio ao funcionamento destas instituições. Assim vêem-se confrontadas com fortes estrangulamentos financeiros.

Este grupo de peritos tentou identificar as condições favoráveis a desenvolver um novo mercado de inovação social em Portugal, chegando a algumas recomendações interessantes que podem ser úteis para a concepção de uma frente de trabalho conjunto das cidades do Eixo Atlântico. De facto as orientações apresentadas correspondem a algumas medidas de fácil implementação, tomando como ponto de partida a realidade existente e as experiências inovadoras que já tem sido ensaiadas tanto na Galiza como no Norte de Portugal. Eis as recomendações retiradas dessa reflexão, consideradas domínios de trabalho prioritário para os parceiros da economia social e numa lógica de inovação social:

- Actuar pelo lado da procura, no sentido de fortalecer as competências das entidades da economia social, através de programas para o reforço da sua capacitação;
- Actuar também pelo lado da oferta, concebendo instrumentos financeiros adequados às necessidades das entidades da economia social, visto que hoje se sente de forma aguda a falta destes;
- Promover uma cultura de orientação para os resultados no seio dos serviços sociais públicos, o que pressupõe uma alteração de comportamento e de atitude por parte do sector público, desejavelmente mais orientado para a ajuda aos agentes sociais e para o trabalho em parceria;
- Tentar que o mercado se racionalize e ponha inteligência nas soluções, o que poderia ser alcançado através da criação duma plataforma de conhecimento e recursos para o investimento social;
- Desenvolver um ecossistema de intermediários de investimento social, de forma a que a intervenção seja coerente e ganhe consistência.

Acredita-se que estas orientações poderiam ser um bom domínio de trabalho para a rede de cidades do Eixo Atlântico, desfiando especialistas das duas regiões e os técnicos sociais dos seus municípios.

Em matéria de fenómenos migratórios e de mobilidade, seria interessante que o Norte de Portugal aproveitasse das experiências do seu passado e com a análise das manifestações do mesmo fenómeno ocorridas historicamente na Galiza, compreendesse os elementos positivos que podem estar associados aos momentos em que a emigração foi importante fenómeno social, nomeadamente para o Brasil na segunda metade do século XIX e princípio do século XX.

Mais recentemente e após a crise de 2008, dada a baixa oferta de emprego em Portugal e aproveitando o estímulo à mobilidade intraeuropeia, muitos jovens do Norte de Portugal, com formação abandonaram o

território. Em contrapartida, o programa Erasmus tem atraído a Portugal muito jovens do Norte da Europa que podem contribuir para uma maior relação social com esses espaços. Tudo pode ser entendido como factor de maior internacionalização e elemento indutor de maior intercâmbio social e económico.

Da mesma forma deve ser ponderada a inclusão na sociedade portuguesa de imigrantes não só por razões humanitárias, em relação aos que migram por razões políticas para fugir a teatros de guerra, mas também como solução para um problema comum noutros países da Europa, o de preencher posições em alguns sectores do mercado nacional de trabalho que tem dificuldades em recrutar portugueses. Sem pôr em causa a necessidade de pensar em políticas natalistas que atenuem os baixíssimos índices de natalidade verificados em Portugal, o recurso á imigração obriga-nos a reflectir sobre questões novas, em especial de integração de pessoas com referências culturais muito distintas, mas que podem contribuir para superar insuficiências da nossa sociedade contemporânea.

Também se justifica pensar nos novos desafios sociais que se podem colocar como seja a capacidade regional para acolher refugiados, para os enquadrar socialmente e avaliar a sua inserção na sociedade portuguesa. O impacto social da inserção de refugiados na Região Norte de Portugal, embora tenha as dificuldades habituais destas operações, pode ser encarada como tendo um potencial positivo na estrutura do emprego, dado que alguns refugiados poderão encarregar-se de tarefas que os portugueses já não estão disponíveis para assumir. Ao nível das condições de acolhimento, colocam-se questões que reclamam ser tratadas com antecipação, não esquecendo que o esvaziamento demográfico de certas zonas do país tornou ociosa uma parte considerável do parque habitacional, que assim poderia ser melhor utilizado. Também no que respeita a serviços e equipamentos de apoio social e educativo, a redução de população dificilmente justifica a manutenção de alguns desses serviços e equipamentos os quais assim poderiam ser reequacionados e rentabilizados. Face à dimensão do problema, tendo a noção que a União Europeia se prepara para definir quotas de acolhimento por estado membro e que a projecção do número dos refugiados que podem vir a demandar Portugal no futuro irá ser em muito ultrapassada. Poderia fazer sentido, ao nível das preocupações sociais do Eixo Atlântico que fosse criada uma unidade para reflectir sobre estes problemas, tentar inventariar a disponibilidade regional de acolhimento e apoiar ONG que se preocupam com a sua integração.



4.0

A DESCENTRALIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL

4.0 *A descentralização administrativa em Portugal*

As cidades do Eixo Atlântico têm a noção das diferenças existentes entre as duas organizações regionais e a distinta densidade política relativa. Porém, no que respeita ao chamado “poder local”, como nível de descentralização política na base da organização democrática de cada país, até podemos considerar que os municípios no Norte de Portugal poderão estar numa posição de maior capacidade de intervenção. De facto, para superfícies regionais não muito diferentes, o número de municípios portugueses é muito menor (86, no Norte de Portugal, contra mais de 300, na Galiza) e, por isso mesmo, têm uma dimensão territorial média muito superior à dos municípios galegos. Também ao nível das atribuições e competências recebidas no processo de descentralização política e administrativa, as responsabilidades dos municípios galegos e portugueses não serão muito distintas.

A maioria dos municípios galegos são eminentemente urbanos. Em contrapartida, muitos dos municípios portugueses, embora disponham de uma cidade, também têm área rural envolvente com os seus problemas específicos. Alguns correspondem a cidades cujas funções urbanas exercem efeito polarizador sobre territórios de outros municípios adjacentes o que obriga a concertar formas de actuação intermunicipal em domínios para os quais o escalão municipal é insuficiente ou inadequado. Em Espanha essas questões estão reguladas pelas autonomias a nível regional ou pelas instâncias intermunicipais ao nível das antigas províncias, através das deputaciones provinciales. Em Portugal, não existindo senão os níveis central e local, os problemas de natureza sub-nacionais e de âmbito superior ao municipal, estão claramente mal resolvidos. Refira-se que a recente experiência com as Comunidades Intermunicipais (CIM) tem tentado superar essa insuficiência. As CIM são associações de municípios correspondentes, na sua maioria, aos antigos agrupamentos de municípios ou às NUT III, onde havia já uma tradição, com algumas dezenas de anos, de cooperação intermunicipal e de capacitação técnica em torno dos Gabinetes de Apoio Técnico.

Independente do que fica dito, poderá concluir-se que os municípios portugueses são instâncias territoriais muito adequadas para prosseguir algumas políticas de desenvolvimento. A experiência de cerca de 40 anos de “poder local” democrático em Portugal demonstrou que o desempenho municipal foi um elemento decisivo para o crescimento económico e para a geração de bem-estar das populações, dado que muitas das necessidades básicas foram cumpridas de forma satisfatória.

Os tempos que se avizinham, em especial depois da crise das dívidas soberanas que tanto afectou os estados-membros mais periféricos, têm conduzido a uma mais severa escassez financeira nos orçamentos municipais, condicionando o desempenho público do nível local. Por isso, esses novos tempos obrigam a muito maior rigor na gestão económica e financeira e a contenção no tipo de investimento que habitualmente tipificava a acção dos municípios.

Há consciência de que os recursos sendo menos acessíveis também devem ser orientados prioritariamente para a geração de riqueza, criando condições favoráveis à actividade privada mais qualificada, por gerar investimento e emprego.

Para que se alcancem plenamente os objectivos definidos para este período de programação e num contexto em que se anunciam tantas alterações nos processos de desenvolvimento regional, os municípios portugueses do Eixo Atlântico reconhecem como seria importante reforçar a desconcentração administrativa e a descentralização política, no respeito pelo princípio da subsidiariedade e do exercício da democracia

participativa, aliás em perfeita sintonia com o quadro constitucional. Por descentralização entendem o pleno exercício de soberania tanto por instituições administrativas regionais - as Regiões Administrativas - como pelo o reforço da transferência de competências para o nível local. Mas também defendem que a desconcentração administrativa, como forma de reforçar a representação sectorial do Estado Central nos territórios sub-nacionais, pode ser uma solução intermédia para aproximar o Estado do cidadão. No entanto, defendem que não deve sofrer inflexões, nem ser substituída por soluções de gestão centralizada que comprometam os serviços de proximidade.

Aceitam que seja necessário racionalizar a rede de serviços aos cidadãos. Mas estão contra as soluções desintegradas e descoordenadas que levam cada sector a agir per si, arriscando que as soluções tenham efeitos cumulativos, em especial nas zonas de baixa densidade, penalizando municípios que já sofrem de isolamento e dos seus efeitos. Defendem que tal esforço de racionalização terá de ser sempre acompanhado por um trabalho de planificação à escala sub-regional e acompanhado de negociação com os municípios a nível local ou das CIM.

Foi recentemente anunciado pelo Governo¹ o modelo e o calendário de um “Plano de Descentralização, tendo em vista aprofundar a democracia local, melhorar os serviços públicos de proximidade e atribuir novas competências às autarquias locais. Com estas medidas, o Governo assume os seus compromissos de estímulo ao crescimento económico, através da alocação de recursos para um nível de gestão mais próximo dos cidadãos”. No comunicado também se refere que este plano implica uma revisão das competências das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e das Áreas Metropolitanas, reforçando-se a respetiva legitimidade democrática” e que este processo se inicia imediatamente, “envolvendo pelo menos dez ministérios, e deverá estar concluído no final do primeiro semestre de 2017, para que o ciclo autárquico 2017-2021 possa decorrer já no novo quadro”. Este plano prevê a eleição dos presidentes das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto por voto directo dos cidadãos, assumindo as áreas metropolitanas como colectividades territoriais, isto é, entidades locais eleitas por sufrágio eleitoral directo e universal no respectivo território. É legítimo questionar porque tal critério não se estende às restantes CIM, uma vez que se anuncia que o referido plano de descentralização do Governo traz associado um intenso processo de transferência de competências e recursos para o nível municipal em áreas como a educação, saúde, acção social, protecção civil e segurança pública, cultura, transportes, sectores pecuário e marítimo ou habitação. Como se referiu antes, há competências que ganham em ser exercidas a nível intermunicipal e não a nível local, não apenas nas áreas metropolitanas mas também no outro nível supramunicipal a que correspondem as CIM.

De acordo com esta decisão política, o processo iniciar-se-á no presente ano de 2016. Para poder entrar em vigor em 2017, será necessário operar alterações legislativas e de redefinição orgânica de competências, de forma a poder ser aplicado no próximo ciclo autárquico de 2017 a 2021.

Por todas as razões invocadas os municípios do Eixo Atlântico não podem deixar de estar atentos a toda esta evolução. Reconhecem que aos presidentes das CCDR passará a ser reclamado um papel de progressiva integração e fortalecimento da componente política. Consideram que se trata de um processo novo e experimental que deveria ser devidamente avaliado ao fim de quatro anos. Também acreditam que estas medidas podem ser um passo no sentido de demonstrar a vantagem de acelerar o processo de regionalização e que, finalmente, se torne mais evidente a necessidade de fazer cumprir esse preceito constitucional.

¹ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de Janeiro de 2016.

No entanto e apesar da sensibilidade que o tema suscita, entendem que devem expressar o resultado de um primeiro debate interno havido, expondo as seguintes posições²:

► **1.** As CCDR têm uma longa tradição em Portugal, pelo que qualquer alteração tem de ser bem pensada e feita de forma gradual. Admite-se que a eleição do presidente da CCDR pode ser um primeiro passo. De acordo com os bons princípios democráticos, essa eleição devia ser por sufrágio directo e universal, embora se reconheça que tal assumpção tem a sua complexidade e pode mexer com matéria politicamente sensível.

► **2.** Com um Presidente eleito, e independentemente da forma de eleição, é necessário esclarecer o seu estatuto e rever as suas competências. Não têm dúvida que irá ganhar em prestígio e autoridade. As competências do Presidente da CCDR eleito não precisam de ser totalmente definidas à partida. Podem ser definidas à medida que se for esclarecendo a nova configuração política de descentralização regional. Querer definir tudo à partida pode até ser contraproducente.

► **3.** Acham que devem apoiar a alteração anunciada por tem vantagens em relação à solução hoje vigente, valendo a pena fazê-lo a título experimental até adquirir maior efectividade. Há, neste momento, uma oportunidade para dar um passo no sentido de ter uma solução politicamente mais forte na direcção das CCDR, que não deve ser desperdiçada. Admitem que esta solução é um sinal no sentido da constituição de uma governação de nível regional. Em matéria sensível como esta, justifica-se que sejam experimentadas soluções graduais, que possam ser afinadas com o tempo.

► **4.** O Presidente da CCDR não deve ser um presidente de Câmara, em regime de acumulação de funções, porque não tem tempo para fazer as duas coisas.

► **5.** A não ser eleito por voto directo e universal, o Presidente da CCDR deve ser eleito só por autarcas, mas tem de ser independente deles. É importante que o Presidente da CCDR não fique refém dos autarcas. Tem de ter autoridade técnica e legitimidade política suficientes para decidir questões críticas, sem depender de pressões dos interessados. O Presidente da CCDR tem de ter liberdade para agir, com independência dos autarcas. Por isso mesmo, deve-lhe ser interdito o exercício de outras funções.

► **6.** O Conselho Regional deve ser composto só por figuras políticas, pela totalidade dos presidentes dos Municípios da Região.

► **7.** Em matéria de competências, e em bom rigor, o que importa esclarecer é se a CCDRN é um serviço desconcentrado da Administração Central do Estado ou uma Administração Descentralizada. Ou, dizendo de outra forma, se é uma Delegação do Governo no Norte ou um verdadeiro Governo Regional.

² Reunião conjunta dos Autarcas Portugueses do Eixo Atlântico, no dia 21 de Abril de 2016.

► **8.** Reconhecem ser crítico compatibilizar as competências do Estado Central e das Regiões. O exemplo do Metro do Porto ilustra bem o que deve acontecer. A pergunta: “por onde deve passar a próxima linha do Metro?”, só pode ter uma resposta: “para onde for necessário e com os argumentos técnicos, económicos e sociais que os estudos determinarem”. A solução deve ser o resultado de um trabalho apurado e não a bissetriz dos interesses dos autarcas. Só um Presidente da CCDRN com a autoridade política reconhecida pode dirimir conflitos e levar a melhor solução à execução.

► **9.** Na actual configuração, apesar do esforço técnico feito pelas CCDR, não há condições para o exercício de uma perfeita coordenação de políticas de ordenamento do território, suportada por critérios objectivos e fundada sobre uma autoridade reconhecida. Sem completa legitimidade política ficam reunidas as condições para desenvolver conflitualidade entre autarcas e serviços desconcentrados autónomos. Fica a tarefa de coordenação e planeamento territorial da região à mercê do arbítrio do nível central. Vejam-se as questões recentes: do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, das rotas da TAP a partir dele, das portagens nas SCUTS, ou a dificuldade em definir políticas metropolitanas.

► **10.** Com os presidentes das CCDR eleitos, pode restar pouca margem de manobra às Áreas Metropolitanas e às CIM. Têm receio que o modelo com eleições directas na AMP e indirectas na CCDRN, possa não funcionar bem, por gerar assimetria de natureza política nos seus responsáveis, agravada por se tratar de níveis de administração vocacionados para abordar problemas com bastante afinidade. Para reduzir o potencial de conflito entre os dois níveis, reconhecem ser particularmente crítico o estabelecimento de uma clara delimitação das fronteiras de competências e atribuições entre um e outro.

► **11.** O ideal seria optar para uma solução com afinidade nos diferentes níveis de poder descentralizado - intermunicipal, metropolitano e regional - isto é, que todas as circunscrições fossem verdadeiras “colectividades territoriais”.

► **12.** Em relação às CIM, acham que a respectiva administração tem de ser repensada. Um presidente de Câmara Municipal não tem tempo para gerir em simultâneo a sua autarquia e a CIM. Haveria vantagem em eleger também o responsável de cada CIM.

► **13.** Quanto ao Programa Operacional Regional acham que ele está longe de funcionar satisfatoriamente. Uma baixa taxa de execução afecta tanto o investimento municipal como empresarial. A exigência do “mapeamento”, tal como foi aplicada, acabou por se tornar numa fragilidade do programa. Politicamente, qualquer município perante os seu cidadãos não pode deixar de mapear todo os equipamentos que gostaria de ver concretizados no seu concelho. Seria penalizado se os omitisse. Por um lado, as populações poderiam acusá-lo de negligência, por outro, perderia qualquer hipótese de os vir a considerar mais tarde. Tal dilema acaba por encorajar os municípios a mapear um volume de investimento muito superior à capacidade das respectivas medidas, o que é uma perversão do espírito do programa. Quanto à possibilidade de alterar as

regras aprovadas, sem o risco de introduzir mais atrasos e burocracia que condicionem a sua rápida execução, receiam que reste pouca margem de manobra. A Comissão Europeia, com a sua disciplina burocrática, limita a liberdade de acção dos promotores de projectos, sendo que, nesta fase, o mais importante é que a aplicação dos programas tenha efeitos reais no terreno.

► **14.** Consideram que o processo de candidatura aos PEDU (Plano Estratégico de Reabilitação Urbana) não conduziu a uma solução minimamente aceitável na Região do Norte, pondo desnecessariamente a Área Metropolitana do Porto em conflito com as CIM, sendo que o principal factor negativo está na reduzida dotação orçamental deste programa. Tal subdotação para a Região do Norte é tanto mais incompreensível, quanto se sabe que foi pela debilidade do Norte, em termos de indicadores de desenvolvimento, que os avultados recursos financeiros foram afectos ao Portugal 2020.

► **15.** Em contrapartida, consideram que foi atribuída uma dotação exagerada à mobilidade sustentável, nomeadamente às ciclovias. As ciclovias podem ser importantes como orientação pedagógica, mas podem não ser a primeira prioridade para alguns municípios. Seria interessante a possibilidade de reafectar recursos financeiros entre medidas, de forma mais ajustada às reais necessidades.

► **16.** Os critérios de competitividade usados na escolha de investimentos têm de ser ponderados por outras variáveis que tenham em conta a diferente natureza dos municípios. Não o fazer pode conflitar com os desejáveis propósitos de solidariedade intermunicipal, a nível das CIM. Entendem que pode ser ao nível da CIM que se criem as condições de negociação entre os municípios e se encontrem as soluções de carácter colectivo, evitando a luta entre municípios.

► **17.** Distribuir os fundos estruturais pelo mérito dos projectos é, em princípio, uma boa ideia. Porém, o resultado nem sempre é justo, em especial quando os projectos em competição são propostos por municípios de dimensão muito diferente. Também reconhecem que a afectação dos recursos segundo critérios aritméticos de repartição, aquilo que no passado foi designado pela “fexização do FEDER”, também não é uma boa solução. Uma alternativa conciliatória poderia contemplar duas tranches:

a) Uma para projectos de menor dimensão, cujo montante global seria repartido por todos os municípios, de acordo com critérios objectivos e quantitativos, sem uma interferência muito apertada pela gestão do Programa.

b) Outra tranche para projectos de maior dimensão e impacto, sendo a selecção dos projectos feita por processo competitivo e a escolha por critérios de mérito.

► **18.** Em conclusão, os municípios portugueses do Eixo Atlântico procuraram dar contributos úteis para que o Portugal 2020 seja mais eficaz e procuraram assumir uma posição conjunta sobre o anunciado Plano de Descentralização. Relevam o facto das suas posições terem sido assumidas colectivamente e, tanto quanto possível, de forma consensual em dois pontos fundamentais:

a) Na redefinição do papel das estruturas descentralização do Estado.

b) Na separação entre os órgãos desconcentrados e uma estrutura de coordenação e ordenamento do território regional, mas com legitimidade política, tanto maior quanto mais o voto for universal e directo.

Entendem que deve ser acautelado um vício de perspectiva, olhando para uma futura configuração administrativa de coordenação e ordenamento regional excessivamente influenciada pelo modelo seguido nos últimos 45 anos. Embora as CCDR tenham feito história nas soluções de planeamento territorial e de coordenação regional em Portugal, justifica-se pensar em novas soluções.

Chamam a atenção para o facto da Área Metropolitana de Lisboa, coincidindo com a NUT II, poder levar a que se crie uma região administrativa especial justamente na capital, o que não deixa de ser paradoxal. Quando do processo de regionalização, chegou-se a defender que podia fazer sentido criar uma região piloto. Alguns entendiam que seria mais simples começar pelo Algarve, dado o carácter mais homogéneo daquele território. Outros, achavam que o verdadeiro desafio seria iniciar a regionalização pelo Norte, por ser o espaço que mais se aproximava do padrão europeu de região e onde tudo estava mais amadurecido. Não deixa de ser quase caricato que a tal região piloto venha a ser em Lisboa...

Admitem a criação de “meta-autarquias”, isto é, estruturas supra-municipais com eleitos directos e competências específicas, independentes das competências municipais, aliás como a Constituição permite no art.º 236 (Categorias de autarquias locais e divisão administrativa), alínea 3:

“Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica”

Em relação às CCDR, defendem a exclusão da sua função de delegação regional do Governo, mas reforçando a sua capacidade de coordenação intersectorial, bem como uma maior legitimidade política para as suas funções de coordenação e de gestão territorial.

No mesmo Conselho de Ministros foi “aprovada a missão e o estatuto de uma Unidade de Missão para a Valorização do Interior, cujo objetivo será “criar, implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do interior”. Esta unidade pretende-se “transversal, com o objetivo de promover a atração e fixação de pessoas nestas regiões, a cooperação transfronteiriça e o intercâmbio de conhecimento aplicado entre centros de investigação e desenvolvimento e as comunidades

rurais”³ e que, segundo o Governo “se deve dirigir estritamente ao cumprimento do objectivo de descentralização”⁴.

Os problemas específicos das regiões do interior, ditas de “baixa densidade” tendo em vista os indicadores de riqueza e de desenvolvimento humano, devem ter consequência ao nível da afectação de recursos financeiros dos programas regionais e das medidas concretas para contrariar esses défices. Os critérios de afectação e repartição de recursos têm de ser dirimidos no seio de órgãos regionais de natureza política (Conselho Regional) e sustentados sobre estudos que relevem os princípios da solidariedade e da coesão. Não podemos esquecer que, se o PO Regional - Norte 2020 - está bem dotado de termos financeiros, tal resulta do facto de envolver territórios, ao nível de NUT III, com indicadores profundamente negativos e que são credores do referido sentido de solidariedade.

Na reunião que os autarcas do Eixo Atlântico tiveram na Maia, foi expressa a vontade desta associação de municípios aprofundar a questão da interioridade e das zonas de baixa densidade. Não havendo ainda informação disponível e suficiente sobre a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, não obstante considerarem ser uma boa iniciativa, reservam-se para em ocasião posterior exprimirem o seu pensamento sobre a iniciativa e darem os seus contributos. Consideram que as forma de compensação para a mitigação dos problemas do Interior podem implicar a criação de condições de acesso ao fundos estruturais especialmente desenhadas para os municípios nessas condições. A esse propósito foi recordado que, tendo sido feita uma análise à forma como resultou a distribuição das verbas do programa regional aplicadas no apoio ao investimento industrial, se verificou que 90% desse investimento corresponde à Área Metropolitana do Porto.

3 Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de Janeiro de 2016.

4 Jornal Público, citando o Ministro Eduardo Cabrita, 15 de Janeiro de 2016.



5.0

PROPOSTAS DE ACÇÃO

5.0 *Propostas de acção*

► 5.1 - *As Relações do Eixo Atlântico com a Xunta de Galicia e com a CCDRN*

No âmbito das agendas europeias e nacionais até 2020, bem como dos programas regionais, as novas preocupações estão bem patentes, tendo tido, a Xunta da Galiza e a CCDRN, a responsabilidade de organizar e defender as respectivas propostas e de as adequar às realidades regionais.

Os municípios são os parceiros mais importantes para a gestão desses programas regionais, tanto no que recai sobre a sua competência directa como no papel de indutores de desenvolvimento económico e social. É com aquelas instâncias regionais que os municípios interagem, pelo que a relação institucional deve ser pautada por compromissos de respeito, de convivência e de fidelidade aos propósitos de desenvolvimento.

Além do nível municipal, as CIM também se assumem com instâncias de desenvolvimento económico e social dos respectivos territórios intermunicipais, numa reorientação do papel dos municípios. A recente contratualização feita pela CCDRN com os municípios, associados ao nível das CIMs, não agradou a muitos deles, por as expectativas terem ficado muito aquém do que esperavam. Esses municípios alegam, inclusivamente, que pode estar em causa a boa execução do programa. Há municípios que defendem que valeria a pena rever alguns desses contratos, incluindo uma componente de análise que ponderasse tanto o mérito dos projectos, como o seu impacto sobre o território. Sobre as verbas alocadas a equipamentos, foram incluídas no pacote da contratualização com as CIM recursos relativos a equipamentos que não são da responsabilidade dos municípios, mas da administração central, o que é considerado inaceitável. Também a lógica dos mapeamentos, imposta pelos negociadores europeus como forma de evitar redundâncias e sobreposições de investimentos em equipamentos, tem claras fragilidades que os municípios acham que devem ser revistas e renegociadas.

Há uma nova geração de prioridades tais como as ligadas ao desenvolvimento das actividades económicas, de apoio ao empreendedorismo, de valorização dos recursos endógenos e, ainda, de promoção da inclusão social. Pode dizer-se que os municípios são mais decisivos do que eram no passado num compromisso com a competitividade territorial e para contribuir para que o Norte de Portugal seja globalmente mais competitivo e solidário.

Reconhece-se ser crítico, para que os objectivos do Portugal 2020 sejam plenamente alcançados, que a capacidade de intervenção da CCDRN não seja diminuída. Sendo por tradição uma estrutura de estudo, planeamento, coordenação e gestão administrativa em matérias que são decisivas para o desenvolvimento regional, os municípios portugueses que integram o Eixo Atlântico veem com apreensão o esvaziamento da capacidade técnica daquele importante braço do Estado na região.

Os municípios portugueses do Eixo Atlântico têm a noção que a anunciada modificação no processo de indigitação dos presidentes das CCDR pode significar uma profunda alteração na relação dos municípios com a estrutura de coordenação regional. Desta forma a CCDR deixa de ser um serviço desconcentrado da administração central e aproxima do desejável modelo de descentralização regional. Não têm dúvida que as características especiais da Região Norte de Portugal, tanto a nível económico e geográfico como pela

relação histórica com uma região autónoma com a Galiza, recomendariam desenvolver aqui um projecto piloto especial de descentralização regional, que esta anunciada medida poderia corporizar.

A existência de entidades próprias na Galiza e no Norte de Portugal, em diferentes âmbitos como no turismo ou nas grandes organizações empresariais, o que aliás é inédito no resto de Portugal, poderia ser potenciado se a tal preocupação fosse reproduzida noutras estruturas, com ganhos efectivos de coordenação e para melhor rentabilizar investimentos, em especial os induzidos por políticas europeias de cooperação transfronteiriça. Por outro lado, a existência de níveis de decisão regional em áreas sensíveis como as infraestruturas, a saúde ou a educação, permitiria agilizar acordos de cooperação e intercâmbio de serviços com a Galiza, na faixa fronteiriça com claro benefício para as populações locais e, inclusivamente, para a própria manutenção destes serviços. Assim se evitaria que se repetissem episódios como o desaparecimento da maternidade de Chaves ou das urgências no Hospital de Valença.

Como é sabido, a realidade portuguesa não é igual à de Espanha, nem do ponto de vista administrativo, nem do sentimento regionalista. Por isso mesmo, não seria possível tentar igualizar os modelos que existem em cada lado da fronteira. No entanto, seria vantajoso ter em consideração nessa experiência de descentralização de nível regional alguns elementos tais como:

- a) Criação a nível eurorregional uma estrutura que impulsionasse o debate e a convergência em temáticas de âmbito social e económico.
- b) Revisão das competências da CCDRN nesta nova configuração, em especial na sua relação com os serviços desconcentrados da administração sectorial do Estado: educação, saúde, transportes e comunicações, ambiente, segurança social, formação profissional e emprego, etc).
- c) Passando os presidentes das CCDR a ser eleitos pelo pleno dos responsáveis municipais da Região, é crítico que sejam clarificadas as competências dos Conselhos Regionais, como órgãos de natureza política, em especial no que diz directamente respeito às matérias de coordenação e de definição de políticas de desenvolvimento regional, bem como o que, sendo de natureza sectorial, for decisivo para o progresso da região.
- d) Criação em cada NUT II de um órgão de natureza consultiva, do tipo dos Comitês Económicos e Sociais Regionais (CESR) franceses, onde teriam assento: responsáveis sectoriais da administração desconcentrada; representantes das organizações empresariais e sindicais; representantes dos sectores sociais e das instituições do ensino superior (universidades e politécnicos). Estes CESR poderiam ser ouvidos em matérias de natureza mais estratégica pelo Conselho Regional, antes deste se pronunciar politicamente sobre os temas de importância regional.

► 5.2 - A Cooperação Transfronteiriça

Tendo em conta todo o acervo de experiência já alcançado no passado, para tentar modelar as acções futuras que reforcem a coesão e a identidade entre os municípios associados do Eixo Atlântico, importa identificar o potencial futuro dos programas de cooperação transfronteiriça.

A cooperação transfronteiriça constitui um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento integrado e coerente do território que denominamos por Eurorregião. A população conjunta de ambas as regiões (7 milhões de cidadãos) constitui o seu elemento mais importante como potencial de desenvolvimento conjunto.

A corda litoral deste território eurorregional, densamente povoada e em continuidade física, constitui a terceira concentração urbana de la península ibérica, logo a seguir a Madrid e Barcelona. Trata-se de uma concentração virtuosa que merece ser explorada conjuntamente, porque exhibe uma identidade cultural cheia de afinidades, com um estado de desenvolvimento ainda distante daquelas outras duas referências peninsulares. Este espaço comum representa um potencial de crescimento muito interessante para Portugal e Espanha, com enormes vantagens, em primeiro lugar, para as populações das duas regiões. Porém e por todas estas razões, tudo reclama um modelo de intervenção e concentração orientada de recursos para as prioridades de intervenção que reforcem a sua competitividade e actuem sobre as áreas de natureza mais sensível.

Os membros do Eixo Atlântico gostariam de discutir e rever o papel da Comunidade de Trabalho e revigorar a sua capacidade de intervenção tanto na proposição de linhas de orientação política, como no acompanhamento dos dossiers que consideram mais decisivos para a eurorregião. A elaboração da proposta de um PIC (Plano de Investimento Conjunto) feita pelo Eixo Atlântico ao Governo Português e às autoridades políticas galegas, há cerca de cinco anos, com a intenção de melhorar a coordenação conjunta do uso dos fundos europeus, é um exemplo do que poderia ser feito em conjunto. Mesmo que tais propostas possam parecer atípicas no contexto das políticas regionais e de cooperação transfronteiriça, os membros do Eixo Atlântico acham que merecem ser debatidas com as duas instâncias regionais.

Também entendem poder ser revisto o papel da Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal em especial em dossiers relevantes para as duas regiões, nos quais o Eixo Atlântico, em parceria com as organizações empresariais, tanto se empenhou. Foram exemplos disso a defesa da renovação da Linha do Minho ou do sistema de portagens das SCUT. O Eixo Atlântico gostaria ainda que fossem revalorizadas as reuniões Plenárias da Comunidade de Trabalho, no sentido de serem verdadeiras plataformas para debate e convergência de ideias e de propostas sobre matérias que os diferentes parceiros identifiquem como úteis para as duas regiões.

A AECT Galiza/Norte de Portugal, foi considerada uma instância promissora, quando foi criada. Ganharia se visse suas competências mais claramente definidas de forma a aproveitar melhor as potencialidades de cooperação e contribuir para a gestão operacional dos assuntos da Comunidade de Trabalho de que poderia ser uma espécie de braço técnico.

Há cerca de 5 anos, foi criado um grupo de trabalho, presidido pelo Prof. Luis Dominguez, com a participação de especialistas das duas regiões e das três entidades - CCDRN, Xunta de Galicia e Eixo Atlântico, o qual foi incumbido de tentar reflectir sobre a Comunidade de Trabalho. Este grupo propôs de forma unânime um conjunto de medidas para solucionar problemas operacionais, identificar e delimitar competências de cada entidade no seio da Comunidade de Trabalho, propor formas de coordenação dos trabalhos e impulsionar o que foi considerado como políticas de cooperação de segunda geração, mais adequadas aos momentos que vivemos e aos novos desafios da sociedade contemporânea. O documento que esse grupo de trabalho produziu propunha, entre outras medidas, que a AECT se constituísse como secretariado executivo da Comunidade de Trabalho, se encarregasse de organizar os debates e as reuniões assim como os dossiers que neles se iriam discutir. Os membros do Eixo Atlântico reconhecem ser urgente que alguma posição seja assumida sobre este assunto, parecendo urgente que se alcancem posições consensuais entre todos os grandes actores e que se crie um ambiente favorável à formação de novas políticas de cooperação transfronteiriça.

Sendo a Galiza e o Norte de Portugal periféricos no contexto peninsular, reconhece-se ser estratégico para o futuro das duas regiões, e numa perspectiva de reforço da Cooperação Transfronteiriça, que haja maior mobilidade de factores sociais, económicos e culturais. Se as infraestruturas de acessibilidade são uma condição necessária, tal desígnio só se alcança quando se aumentar a relação da sua população com o seu território comum. O peso da disciplina nacional nas opções políticas de cada país tende a afastar as populações das identidades territoriais a que uma nova forma de estar transfronteiriça faz apelo.

Faria ainda sentido aprofundar outras formas instrumentais que contribuam para dar consistência ao ambiente de cooperação transfronteiriça. Uma decisão que poderia ter um forte valor instrumental neste sentido seria que as duas regiões decidissem concertar posições para concorrerem em conjunto aos programas da directiva iniciativa da Comissão Europeia ou aos programas de cooperação territorial.

o **Entre os de iniciativa da CE podem referir-se, nomeadamente:**

1. Horizon 2020 (Investigação e Inovação);
2. Europa Criativa (Sectores Culturais, Criativos, Cinema e Audiovisual);
3. COSME (Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises);
4. ERASMUS Plus (Educação, Formação, Juventude e Desporto, para 2014-2020).

o **Quanto aos programas de Cooperação Territorial, recordam-se os seguintes:**

1. SUDOE (Cooperação Territorial do Espaço Sudoeste Europeu);
2. Espaço Atlântico 2014-2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo e a Coesão Económica, Social e Territorial, entre as regiões atlânticas de Espanha, França, Irlanda, Portugal e Reino Unido);
3. Interreg Europe 2014-2020 (Promoção de troca de experiências e disseminação de boas práticas em temáticas objectivas e entre parceiros da União Europeia).

Na medida em que têm sido estruturadas as redes de cooperação transfronteiriça em domínios abrangidos por estes programas, nomeadamente nos domínios do conhecimento e no sector empresarial, poderia caber ao Eixo Atlântico ser a entidade organizadora de parcerias com as instituições das suas cidades.

Nas faixas fronteiriças mais densamente povoadas, como ao longo do Rio Minho, ou nos eixos Verin-Chaves e Bragança-Sanábria, podem-se desenvolver serviços de transportes públicos regulares entre os centros urbanos vizinhos. Esta oferta representaria importante factor de integração territorial transfronteiriça.

Da mesma forma certos cuidados de natureza social devem ser desenvolvidos. Os serviços de saúde foram já objecto de um "Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Saúde", assinado na Cimeira de Zamora, a 22 de Janeiro de 2009. Este Acordo Quadro tem por objeto estabelecer o regime jurídico aplicável à cooperação transfronteiriça em saúde entre Portugal e Espanha, cuja execução se encontra prevista no Acordo Administrativo complementar que determina as suas modalidades de aplicação. Há agora que o implementar em territórios concretos.

A próxima fase de Cooperação Transfronteiriça (2014-2020) promete reforço orçamental mas também maior seletividade temática. Os projectos devem concentrar-se apenas em quatro das onze temáticas definidas pela Comissão Europeia para o período de 2014-2020, o que significa que as iniciativas conjuntas têm de ter isso em conta e de definir prioridades de acção, exprimi-las num plano e ser fiel e constante nessas escolhas. Para consolidar o grande mercado de oportunidades que representa aqui investir e atrair visitantes, torna-se necessário consolidar de forma coerente tanto as condições infraestruturais, como as de natureza imaterial.

o **Quanto às primeiras recorda-se os pontos críticos e urgentes:**

1. Modernização da Linha do Minho, entre Porto e Vigo, encurtando o tempo de viagem para 60 minutos;
2. Solucionar o acesso e as condições de operacionalidade ao porto marítimo de Viana do Castelo;
3. Estabilizar o sistema operacional das portagens nas ex-SCUT;
4. Garantir o acesso rápido de Bragança ao nó de Sanabria, da rede ferroviária de Alta Velocidade.

o **Em relação às de natureza imaterial, importa reforçar e estruturar as redes de cooperação, nos domínios mais promissores, nomeadamente:**

1. **Mar** - Para a valorização da economia do Mar e para o aproveitamento do carácter atlântico das duas regiões (náutica de recreio, indústria naval, pescas e sua transformação).
2. **Turismo** - Para a valorização dos principais produtos turísticos (Turismo Natureza, Saúde e Bem-estar, Turismo em Espaço Rural, Turismo Fluvial, Rota do Românico, Rotas do Património Mundial, Enoturismo, etc.).
3. **Caminhos de Santiago em Portugal** - O Caminho de Santiago é um dos temas que mais internacionalizou a cultura da Galiza e um das mais antigos itinerários da Europa cristã. Faria sentido que, do lado português, o Eixo Atlântico organizasse uma pequena unidade para estrutura as rotas portuguesas desta Caminho. Tratando-se de matéria com forte componente histórica e cultural, mas simultaneamente com potencial turístico e económico, justifica-se que tudo seja tratado de uma forma profissional começando por estudos com rigor científico e terminando com propostas, após planeamento e programação de acções com sentido prático, de sorte a transformar as rotas portuguesas do Caminho de Santiago num verdadeiro produto turístico que pudesse ser colocado no mercado. Recomenda-se que se olhe para a metodologia seguida pela Rota do Românico do Vale do Sousa, um bom exemplo de visão esclarecida, persistência e de coesão territorial a partir de valores culturais identitários.
4. **Cultura e Criatividade** - A dimensão da Cultura, em especial nas suas manifestações contemporâneas, tem valorizado muito a produção artística e o espírito criativo. As cidades tem compreendido bem a vantagem de estimularem as indústrias criativas e culturais e favorecerem um ambiente criativo. Sob o ponto de vista da Euroregião, a valorização da criatividade e da inovação justifica que se procure uma aproximação das instituições mais bem sucedidas. Haveria toda a vantagem em criar condições para uma política de itinerâncias de eventos e produções de forma a enriquecer as agendas culturais locais.

5. **Integração de Serviços Colectivos de Proximidade** - Como se referiu antes, a disponibilização de serviços colectivos em zonas com procura potencial quotidiana por parte das populações que vivem em ambos os lados da fronteira (transportes urbanos, saúde, cultura, desporto), pode ser um dos mais importantes factores de integração urbana transfronteiriça de proximidade. O Eixo Atlântico poderia ser o elemento indutor da análise de oportunidades, pesquisa técnica de soluções, de resolução de eventuais dificuldades de natureza política e, finalmente, de acompanhamento na fase de implementação.
6. **Estimulo à Mobilidade dos Jovens** - Ao pensar numa nova geração de possíveis políticas de cooperação transfronteiriça é necessário assumir a vantagem estratégica no estímulo à mobilidade dos jovens. Uma forma de o conseguir seria através da construção de um projecto de troca de estudantes entre as instituições de ensino superior das duas regiões, isto é uma espécie de ERASMUS euroregional, mesmo para a frequência do primeiro ciclo de estudos. É conhecida a experiência do "IACOBUS - Formação Profissional" como programa de cooperação cultural, científica e pedagógica que surgiu com o objetivo principal de fomentar a cooperação e o intercâmbio entre os formadores dos Centros Públicos de Formação Profissional da Galiza e do Norte de Portugal, visando o desenvolvimento conjunto de atividades de formação, de investigação e de divulgação. Importa fazer a avaliação desta iniciativa que incentivou a colaboração entre estruturas de formação e centros universitários de investigação, galegos e portugueses, e alargá-la ao ensino regular público. Este programa poderia ser gerido directamente pelas instituições de ensino superior das duas regiões.

► 5.3 - O Carácter Organizativo da Região Norte de Portugal

Além do que fica dito, podem ser feitas algumas outras propostas, que não são senão pontos de partida para reflexão. Algumas são de natureza organizativa e decorrem das considerações feitas acima. Como se trata de matéria sensível, não devem ser entendidas como pontos fechados, mas antes como contribuições para um debate de ideias que poderão ajudar ao processo de decisão sobre desenvolvimento regional e cooperação transfronteiriça.

○ Alteração do Modelo de Coordenação e Planeamento Regional, do lado português

O Eixo Atlântico entende que é importante que se reveja o modelo de concertação entre os interesses sectoriais do Estado Central na Região Norte e os agentes regionais. Os seus responsáveis estão atentos às anunciadas medidas favoráveis à descentralização para as áreas metropolitanas e CIM, bem como à alteração do regime de eleição indirecta dos presidentes das CCDR. Acreditam que ao serem implementadas as referidas medidas de apoio à descentralização, em coincidência com as próximas eleições autárquicas de 2017, elas obrigariam a uma prévia clarificação das condições de articulação operacional, entre os serviços desconcentrados regionais (Direcções Regionais) e as CCDR. Pensam que a criação imediata de um grupo de trabalho que antecipe essas condições poderia ser muito útil para a relação futura da CCDR com esses serviços. O Eixo Atlântico veria com interesse a sua participação nesse grupo de trabalho, para que as temáticas transfronteiriças estivessem na agenda do processo de descentralização.

○ **Reformulação do Conselho Regional**

Acham que pode ser clarificador a reformulação do Conselho Regional, reduzindo a sua dimensão, confinando-o apenas a eleitos locais. Assim ser-lhe-ia conferindo um carácter mais político. O Conselho Regional tanto poderia ser composto pelo pleno dos presidentes das câmaras municipais da região, como pelos representantes das CIM da Região Norte e da AMP. Neste último caso, seria regressar ao modelo dos anos oitenta. O Conselho da Região pode ou não assumir-se como colégio eleitoral para a eleição do presidente da CCDR. Haverá duas alternativas cada uma com vantagens e inconvenientes. Se o colégio eleitoral do presidente da CCDR coincidir com um Conselho Regional formado apenas por autarcas locais eleitos, a eleição pode ter maior legitimidade política. No entanto, o Presidente eleito fica, por assim dizer, excessivamente refém de uma lógica municipal. Em alternativa, se o corpo eleitoral for alargado a representantes sociais da região, o espectro da representação é maior, embora com menos representação política.

○ **Criação de um Comité Económico e Social Regional**

Uma forma de complementar o regresso a um Conselho Regional mais político, sem representantes sociais como hoje acontece, seria adoptar próximo do Conselho Regional uma figura existente no modelo regional francês - o Comité Económico e Social Regional - que tem carácter consultivo e o objetivo de promover a concertação e o aprofundamento técnico de temas de maior sensibilidade política. Este CESR responderia perante o Conselho Regional e poderia ser composto por representantes dos sectores sociais, empresariais, sindicais, académicos, bem como dos serviços desconcentrados da administração central na região. Em França, é normalmente presidido por um académico de reconhecido mérito. Poderia agregar figuras regionais que se destacaram em temas diversos ligados ao desenvolvimento regional. Poderia dispor de comissões especializadas temáticas.

○ **Criação de um Conselho de Acompanhamento do Norte 2020**

Reconhecidamente o Programa Operacional Regional (Norte 2020) tem um carácter decisivo para o desenvolvimento da região. Assim, acha-se vantajoso criar um Conselho de Acompanhamento do Norte 2020, em cuja composição pudessem figurar peritos das diferentes áreas cobertas pelo programa e que responderia perante o Conselho Regional e a CCDRN, nomeadamente sobre o progresso do programa e o seu impacto. Este órgão não deveria ter uma composição muito numerosa para garantir operacionalidade, rigor e eficácia técnica.

○ **Criação de uma Estrutura de Apoio à Inovação Social**

A progressiva importância do tema justificaria a criação de uma estrutura especificamente orientada para a Inovação Social que coordene e promova iniciativas na luta contra a exclusão social e a pobreza, reunindo as instituições mais revelantes nestes domínios e em articulação com a Estrutura de Missão portuguesa para a Inovação social. Esta estrutura deveria também ser usada como plataforma de coordenação e de apoio aos problemas relacionados com a mobilidade social, as migrações e o acolhimento a refugiados.

o **Reforço da capacitação da CCDRN**

Com a crescente complexidade da gestão dos fundos estruturais, as implicações na gestão do território e do ambiente, acrescido das medidas de austeridade a que a função pública foi submetida nos últimos anos, a CCDRN viu-se de tal forma desfalcada no seu corpo técnico que arrisca não estar à altura das necessidades e dos desafios que se colocam à região. Também não se pode esquecer a importância que lhe é cometida nas outras competências de Planeamento Regional, de Ordenamento e Gestão do Território, do Ambiente, da Gestão dos Recursos Hídricos e de Avaliação do Impacto das Políticas Sectoriais Nacionais no espaço da região ou no estudo, proposição e acompanhamento de Projectos Integrados em sub-regiões com problemas de desenvolvimento específicos. A nobreza de todas estas funções e o seu carácter crítico para o bom desempenho regional reclamam que se considere o reforço da capacitação técnica da CCDRN, como um factor crítico do desenvolvimento da Região.

o **Estatísticas Regionais**

Disponer de elementos estatísticos regionais, em cooperação com as entidades nacionais responsáveis pela produção e interpretação deste tipo de informação, é considerado vital para o trabalho de planeamento, avaliação regional e de dinamização da cooperação transfronteiriça. O Eixo Atlântico recorda as vantagens que, no passado, resultaram da muito útil cooperação entre o INE e o IGE. Defendem que se valorize de novo esta aproximação entre as duas instituições num projecto piloto e experimental.

o **Unidade de Atracção de Investimento Directo Estrangeiro**

Os municípios do Eixo Atlântico reconhecem ser crítico para o seu processo de desenvolvimento o investimento estrangeiro nas duas regiões. Defendem que sejam criadas ou reforçadas ao nível de cada região estruturas específicas para a promoção dos factores de atracção desse investimento. Vêm vantagem em que estas unidades tenham capacidade técnica, mantenham informação pertinente sobre a oferta de localização, de forma organizada e disponível, estejam prontas a receber potenciais interessados, e terem capacidade de se assumirem como agentes de intermediação. Tratar-se-ia de uma espécie de balcão único capaz de dar uma resposta integrada e em tempo útil às condições por aqueles requeridas. Do lado do Norte de Portugal, esta unidade deverá trabalhar com proximidade com o anunciado Banco de Fomento, as CIM, os municípios e outros serviços públicos com intervenção nos processos de licenciamento.

o **Organização de um Congresso da Euroregião por iniciativa do Eixo Atlântico**

A organização de um Congresso da Euroregião parece ser uma decisão oportuna pelo momento que atravessamos e por se entender que o Eixo Atlântico é um elo de amarração da Cooperação Transfronteiriça entre a Comunidade de Trabalho, os municípios, os restantes agentes regionais e as preocupações de uns e outros. Tal congresso poderia ser um momento de reflexão sobre o percurso já percorrido, mas também uma plataforma para ventilar novas ideias, novos projectos ou propostas concretas de acção. Reconhece-se que o Norte de Portugal e a Galiza, apesar de serem dos espaços mais periféricos, têm hoje condições para sair desse isolamento e para construir condições de maior competitividade. Um momento destes poderia ser ocasião para mobilizar agentes, fazer debate e propor compromissos.



CANDIDATURA APRESENTADA NA PRIMEIRA CONVOCATÓRIA DO PROGRAMA
INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL (POCTEP) 2014-2020"

